

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ANNA CARLA PAULINO

O PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO MILITARES:
MILITARIZAR PARA MORALIZAR, UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA
SOBRE A CRIAÇÃO DO PECIM

PONTA GROSSA

2024

ANNA CARLA PAULINO

O PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES:
MILITARIZAR PARA MORALIZAR, UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA
SOBRE A CRIAÇÃO DO PECIM

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Ponta Grossa para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais Aplicadas.
Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas
Linha de Pesquisa: História, Cultura e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Gonçalo Cassins Moreira do Carmo

PONTA GROSSA
2024

P328 Paulino, Anna Carla
O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares: militarizar para moralizar, uma análise de conjuntura sobre a criação do PECIM / Anna Carla Paulino. Ponta Grossa, 2024.
96 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Gonçalo Cassins Moreira do Carmo.

1. Escolas Cívico-Militares. 2. Análise de Conjuntura. 3. PECIM. I. Carmo, Gonçalo Cassins Moreira do. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania e Políticas Públicas. III.T.

CDD: 370.7

TERMO DE APROVAÇÃO


ANNA CARLA PAULINO

“O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares: militarizar para moralizar, uma análise de conjuntura sobre a criação do PECIM”


Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 22 de março de 2024.


Assinatura pelos membros da Banca:

Documento assinado digitalmente
 GONCALO CASSINS MOREIRA DO CARMO
Data: 22/03/2024 10:55:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gonçalo Cassins Moreira do Carmo – UEPG-PR – Presidente

Documento assinado digitalmente
 SIDMAR DOS SANTOS MEURER
Data: 22/03/2024 15:17:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Sidmar dos Santos Meurer - UFPR-PR – Membro Externo

Documento assinado digitalmente
 NEI ALBERTO SALLES FILHO
Data: 22/03/2024 15:33:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho - UEPG-PR - Membro Interno

Prof. Dra. Eloiza Aparecida Silva Avila de Matos - UTFPR-PR – Suplente Externo

Prof. Dr. Murilo Duarte Costa Corrêa - UEPG-PR - Suplente Interno

A todos que acreditam e lutam pela Educação Pública Brasileira.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Dr. Gonçalo Cassins Moreira do Carmo, pela orientação e aprendizados. Aos meus professores do departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelos ensinamentos. A Eliane da Secretaria Setorial de Pós-Graduação CIPP, por todo acolhimento e prontidão com minhas dúvidas e solicitações durante o período do mestrado.

Aos professores membros da banca avaliadora, professor Dr. Sidmar dos Santos Meurer e professor Dr. Nei Alberto Salles Filho, por aceitarem o convite e pelas valiosas contribuições nesta pesquisa.

A minha família, pelo apoio incondicional e ajuda durante toda a minha trajetória de vida. Em especial as minhas tias, Edi e Tata, por minha criação, sendo exemplo de resiliência, força e amor. Ao meu namorado, Thiago Samuel Haack, por toda paciência e apoio durante o meu processo de escrita e angústias acadêmicas.

Aos meus grandes amigos, por torcerem e estarem presentes a cada vitória pessoal. Ao meu amigo, professor e colega de turma Thiago Felipe Sebben, pelos conhecimentos compartilhados, pelas caronas e por todo incentivo na caminhada acadêmica.

Aos meus companheiros de luta docente, por acreditarem todos os dias na Educação.

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode
temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão
criadora, sob pena de ser uma farsa.

Paulo Freire

RESUMO

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) foi desenvolvido pelo Ministério da Educação junto ao Ministério da Defesa e das Forças Armadas, a partir do Decreto nº10.004, de 2019. Esse visava implementar um novo processo de ensino- aprendizagem junto às escolas públicas de ensino regular do ensino fundamental e médio no Brasil. A presente pesquisa apresenta uma Análise de Conjuntura acerca da criação do PECIM, a fim de esboçar um rizoma do fenômeno historicamente situado dentro da temporalidade, de sua criação até a sua extinção, bem como demonstrar suas raízes no militarismo brasileiro. A Análise de Conjuntura proposta ampara-se teoricamente nos conceitos de Alves (2008) e de Souza (1996), utilizando de uma escrita rizomática como conceituado por Deleuze e Guattari (1995). Dadas as circunstâncias, verificou-se que a criação do PECIM como política pública se instaura a partir de uma janela de oportunidade da conjuntura na qual se apresenta, enviesada por concepções morais de uma herança militarista, se mostrando como uma política de Governo e não de Estado. Desde sua demanda, implantação, aceitação e estrutura de princípios educacionais não compactuantes com teorias críticas já validadas. O PECIM, portanto, caracterizou-se como um projeto que visava apenas agradar apoiadores e eleitores do governo no qual foi criado.

Palavras-chave: Escolas Cívico-Militares. Análise de Conjuntura. PECIM

ABSTRACT

The Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) was developed by the Brazilian Ministry of Education and by the Ministry of Defence and Armed Forces as a result of the Decreto nº10.004, from 2019, which aimed at establishing a new teaching and learning process in general elementary and secondary Brazilian public schools. This research presents a Conjuncture Analysis about the PECIM creation, in order to form a rhizome about this historical phenomenon, embracing everything from the beginning to the end of it, while conveying its roots in Brazilian militarism. The proposed Conjuncture Analysis is based on Alves (2008) and Souza (1996), expressed by the rhizomatic perspective concept, from Deleuze & Guattari (1995). As a result, it was verified that the PECIM creation as public policy is established as an opportunity generated by the current situation, biased by moral conceptions of a militaristic heritage, showing itself as a Government policy and not a State policy, considering that its demands, implementation, acceptance and structure of educational principles are not aligned with previously validated critical theories. Therefore, PECIM was characterized as a project that aimed only to please supporters and voters of the government which designed it.

Keywords: Escolas Cívico-Militares. Conjuncture Analysis. PECIM

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modelo do Conceito de Rizoma por Deleuze e Guattari, 1995.	36
Quadro 2 - Rizoma Geral da Pesquisa.....	39
Quadro 3 - Rizoma A Partir dos Conceitos de Souza (1996) Aplicados ao PECIM. .	40
Quadro 4 - Rizoma A Partir dos Conceitos de Alves (2008) Aplicados ao PECIM....	41
Quadro 5 - Decretos Presidenciais.....	46
Quadro 6 - Lista de Escolas Escolhidas para Implantação do Projeto Piloto do PECIM.....	61
Quadro 7 - Resultado das Eleições de 2022 por Região do Brasil.....	66
Quadro 8 - Página do Site do Governo do Estado do Paraná Referente às Escolas Cívico-Militares.....	67
Quadro 9 - Página do Site do Governo do Estado do Paraná Referente às Instituições que Passaram por Consulta Pública das Escolas Cívico-Militares.....	68
Quadro 10 - Página do Site do Governo do Estado do Paraná Referente aos Dados do PECIM na Página do MEC após Extinção do Programa.....	68
Quadro 11 - Página do Site do Governo do Estado do Paraná Referente às Diretrizes do PECIM a Nível Estadual.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art. – Artigo

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Covid-19

Covid-19 – Coronavírus Disease (Coronavírus)

ECIM – Escolas Cívico-Militares

FA – Forças Armadas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

LAUT – Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo

MEC – Ministério da Educação

ONGs – Organizações não governamentais

PECIM – Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNE – Plano Nacional de Educação

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA	14
1.1 PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE AS ESCOLAS CÍVICO- MILITARES	15
1.2 PRODUÇÕES ACADÊMICAS CUJA ANÁLISE DE CONJUNTURA É UTILIZADA COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA	20
1.3 NOTAS SOBRE O BALANÇO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS ANALISADAS	24
CAPÍTULO 2 – A ANÁLISE DE CONJUNTURA COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA	28
2.1 ANÁLISE DE CONJUNTURA POR JOSÉ EUSTÁQUIO DINIZ ALVES.....	30
2.2 ANÁLISE DE CONJUNTURA POR HERBERT JOSÉ DE SOUZA	32
2.3 TECENDO O RIZOMA	35
CAPÍTULO 3 – A ANÁLISE DE CONJUNTURA DA CRIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES, O PECIM	43
3.1 O ACONTECIMENTO	44
3.2 O CENÁRIO	45
3.3 OS ATORES.....	46
3.4 AS RELAÇÕES DE FORÇAS	49
3.5 A ARTICULAÇÃO ENTRE ESTRUTURA E CONJUNTURA.....	52
3.5.1 O PECIM, Para Onde Caminha?.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73
ANEXO A - POSTAGENS NAS REDES SOCIAIS DO ESTADO DO PARANÁ SOBRE AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES	92

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) foi implantado no Brasil a partir do Decreto nº10.004, de 2019, pelo ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro. O PECIM foi pensado como parte de um esforço para fortalecer os valores cívicos e o respeito à autoridade escolar, uma vez que o assunto vinha sendo abordado com grande relevância e debate no cenário político e social. O programa visava promover uma parceria entre o sistema educacional público e as instituições militares, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação pública no país.

A presente pesquisa apresenta uma Análise de Conjuntura acerca da criação do PECIM, a fim de esboçar um rizoma do fenômeno historicamente situado dentro da temporalidade, de sua criação até a sua extinção, bem como demonstrar suas raízes no militarismo brasileiro.

No primeiro capítulo, é apresentado um levantamento sobre a produção acadêmica relativa à temática deste estudo, concernente ao que vem sendo produzido sobre as Escolas Cívico-Militares e o que foi desenvolvido utilizando da Análise de Conjuntura como ferramenta metodológica, assim como um balanço sobre essas produções e a necessidade dessas.

No segundo capítulo, é abordado a metodologia deste estudo, passando pelos tipos de pesquisa na área das ciências sociais e configurando a Análise de Conjuntura como metodologia para esta pesquisa. Tendo os conceitos de Alves (2008) e de Souza (1996) como principais referenciais teóricos, visando construir uma escrita rizomática para este estudo, como conceituado por Deleuze e Guattari (1995).

No terceiro capítulo, procura-se apresentar de fato uma análise de conjuntura sobre a criação do PECIM, passando pelos acontecimentos, cenários, atores, relações de forças e articulação entre estrutura e conjuntura (Souza, 1996), permeados pelas conceituações e elementos da estrutura e da conjuntura (Alves, 2008) a partir de uma escrita rizomática (Deleuze; Guattari, 1995).

A análise perpassa desde a criação do decreto nº 10.004, a implantação e as escolas voluntárias e escolhidas para o projeto piloto, passando por seus atores

políticos e sociais, apresentando as demandas, ou não, para a necessidade de criação do programa e sua entrada na agenda política. Realizando um panorama que percorre a Revolução de 30, o Golpe de 64 e os governos Collor, FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, aliados a fatos como a operação Lava Jato, o Impeachment da presidenta Dilma, o Neogolpe, a Escola sem Partido, entre outros, entendendo suas interligações com as Forças Armadas e a herança militarista¹ brasileira.

Por fim, fomenta-se o questionamento da aceitação e rejeição do programa, de sua criação a sua extinção, a fim de entender o movimento inverso da transição e continuação do programa de esfera federativa para esfera estadual, uma vez que esse foi revogado pelo atual presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva.

Se parte do pressuposto que alocados na linha de pesquisa em história, cultura e cidadania, cada sujeito desempenha um papel ativo na construção de questões sociais e políticas, especificamente neste caso, educacional. No que tange a este aspecto, estudar a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares permite observar como essa formação ocorre, quais suas justificativas e como ela pode influenciar a sociedade em termos de valores culturais e de cidadania na formação dos indivíduos, visando contribuir para o aprimoramento das políticas educacionais e da democracia na educação.

¹ O termo “herança militarista” utilizado ao decorrer deste estudo se apoia na definição de militarização de Catherine Lutz (2018), descrita como um fenômeno histórico e social no qual as instituições militares, como as Forças Armadas, desempenham um papel significativo na influência sobre a vida humana, seja por meio de suas operações diretas ou pela promoção de percepções favoráveis sobre os militares e sua esfera de atuação social.

CAPÍTULO 1 – NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA

A investigação inicial sobre a produção acadêmica acerca de uma temática de pesquisa é um elemento fundamental para o progresso do tema a ser estudado em diversas áreas do conhecimento. Essa prática desempenha um papel crucial no avanço do entendimento humano, na geração de novos conhecimentos e na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.

O mapeamento da produção acadêmica desenvolvida sobre o assunto até o momento em que a pesquisa se inicia se faz de extrema importância para nortear e situar o pesquisador sobre o conhecimento previamente apresentado, debatido, construído e desconstruído sobre determinado fenômeno, desempenhando assim uma função essencial na validação e no avanço do conhecimento existente.

Seja em formato de artigos científicos, através da revisão por pares e da publicação em revistas científicas, ou em trabalhos acadêmicos, como dissertações de mestrado e teses de doutorado, por meio da validação de instituições de ensino superior aprovadas pelo MEC, os resultados dessas pesquisas são submetidos a uma investigação rigorosa, o que garante a sua precisão e confiabilidade científica, refutando achismos. Isso permite que outros pesquisadores interpretem esses conhecimentos, criando assim um ciclo contínuo de descoberta e avanço.

Na presente pesquisa será apresentada uma análise de conjuntura sobre a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, o PECIM, a fim de esboçar o fenômeno historicamente dentro de um recorte temporal, assim como suas raízes no militarismo brasileiro.

O surgimento das Escolas Cívico-Militares, se dá pelo Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), a partir do Decreto Presidencial nº10.004, de 2019. Objetiva-se compreender esse fenômeno neste estudo.

Para tanto, faz-se necessária uma busca preliminar sobre a produção acadêmica acerca da temática levantada para que seja possível dar os primeiros passos desta pesquisa. Em um primeiro momento foi realizada uma busca referente aos trabalhos produzidos relacionados ao tema Escolas Cívico-Militares, nivelando para o PECIM. Posteriormente, buscamos encontrar trabalhos que abarcam a Análise de Conjuntura como ferramenta metodológica em suas pesquisas. Para, portanto, mapear o que vem sendo produzido academicamente a partir dos objetos

propostos neste estudo.

Serão analisadas as produções a partir das teses e dissertações, dado a profundidade desse tipo de trabalho. Além disso, serão investigados os estudos produzidos em âmbito nacional, dado o cerne do fenômeno ser regional.

1.1 PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE AS ESCOLAS CÍVICO- MILITARES

Realizando uma busca no Banco de Teses e Dissertações do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)², utilizando o termo “Escolas Cívico-Militares”, entre aspas³, sem aplicação de nenhum filtro, foram encontrados 30 trabalhos entre teses e dissertações na língua portuguesa. Todos os trabalhos estão alocados e disponíveis, parcialmente ou em sua totalidade, em formato digital na plataforma Sucupira⁴.

Dos 30 trabalhos⁵, 7 são teses de doutorado, 19 são dissertações de mestrado e 4 são dissertações de mestrado profissional. Dado o recorte temporal do próprio surgimento do fenômeno (2019), as pesquisas aparecem no período entre 2020 e 2023, o que justifica a prevalência de dissertações em detrimento de teses, uma vez que, em sua maioria, os trabalhos de mestrado são elaborados no prazo de dois anos e os de doutorado em quatro anos.

Os trabalhos estão distribuídos em 21 instituições de ensino superior, sendo elas: Centro Universitário Internacional, Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Católica de Petrópolis, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Universidade de Brasília, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Universidade do Sul de Santa Catarina, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade Estadual

² Fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil que atua na expansão e consolidação da pós-graduação na modalidade stricto sensu em todo território brasileiro.

³ As aspas (“ ”) tem função de união de termos/palavras que devem ser encontradas juntas na pesquisa acadêmica online, devido os termos fazerem partes de expressões na língua portuguesa, referindo-se a uma palavra composta (escolas cívico-militares).

⁴ A plataforma Sucupira é uma ferramenta de coleta de informações acadêmicas, tornando-se a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A plataforma disponibiliza em tempo real as informações que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica.

⁵ Almeida (2022), Azevedo (2023), Barbosa (2021), Barreto (2023), Barros (2021), Bueno (2020), Camara (2021), Cerqueira (2020), Costa (2022), Daud (2022), Ferreira (2020), Ferreira (2021), Prado Filho (2022), Jesus (2021), Leite (2023), Leite (2022), Lengruher (2021), Lopes (2022), Mantuano (2022), Marques (2021), Miranda (2021), Rebelatto (2023), Rodrigues (2021), Santos (2023), Silva (2021a), Silva (2022), Silva (2021b), Sousa (2022), Vaz (2023) e Veiga (2020).

Paulista Júlio de Mesquita Filho, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Roraima, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Tocantins, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Universidade Regional de Blumenau.

Dentre essas instituições, a Universidade de Brasília aparece com o maior número de trabalhos, 6 dissertações, seguida pela Universidade Federal Fluminense, com 3 dissertações e 2 teses. Todas as demais instituições aparecem com apenas um trabalho cada.

O predomínio de trabalhos pela Universidade de Brasília (UnB), apesar de não estarem alocados no mesmo programa de pós-graduação e linha de pesquisa, pode-se dar ao fato da instituição pertencer ao mesmo local da capital federativa brasileira, cenário de acontecimentos políticos, como o da temática abordada neste trabalho. Outro aspecto seria o fato da UnB possuir forte tradição na área de pesquisas políticas, como aponta o Ranking de Xangai⁶:

De acordo com o *Global Ranking of Academic Subjects (Gras)*, classificação realizada pelo Ranking de Xangai, divulgado na última terça-feira (19), a Universidade de Brasília é uma das duas melhores universidades federais na área de Ciência Política, mantendo a posição desde 2019. A mesma subárea acadêmica subiu em termos mundiais, ficando agora na faixa 201-300 das melhores instituições. (Da Ascom, 2022).

Os trabalhos foram desenvolvidos em 15 programas de pós-graduação, sendo eles: Ciência Política, Direito Constitucional, Educação, Educação e Novas Tecnologias, Educação Escolar, Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Ensino, Ensino de História, Gestão Pública, Letras, Política Social, Políticas Públicas e Governo, Serviço Social e Desenvolvimento Regional, Sociedade, Cultura e Fronteiras e Sociologia e Direito.

Dentre esses, os programas em Educação são predominantes, com 16 trabalhos, 3 teses e 13 dissertações, seguidos por todos os demais programas com apenas um trabalho cada, o que se justifica pela própria temática do fenômeno, o PECIM, por estar relacionado diretamente ao âmbito educacional.

Dos trabalhos analisados observou-se a prevalência de estudos qualitativos

⁶ O Gras ou Ranking de Xangai, como é conhecido, avalia cinco grandes áreas do conhecimento: ciências da natureza, engenharias, ciências da vida, ciências médicas e ciências sociais. O mesmo avaliou 5 mil universidades em 54 áreas científicas.

com abordagem nas seguintes temáticas: Disciplina, Violência, Violência de Gênero, Militarização, Políticas Públicas, Valores, Educação Básica, Gestão Compartilhada e Direitos Humanos.

A partir da análise desse material pudemos verificar que 12⁷ deles fazem citação direta ao programa de implantação das escolas cívico-militares, o PECIM, aparecendo como descritor no título, palavras-chaves e/ou resumo. Desses, de fato, apenas 3 abordam o programa em si na construção de suas pesquisas, sendo eles: a tese “Entre coturnos e cartilhas: um estudo sobre o programa de implantação das escolas cívico-militares no Brasil – PECIM”, de Dorgival Rene Tolentino Leite; a dissertação “Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM): para onde deve conduzir a educação?”, de Elias Augusto de Aguiar Lengruber e a dissertação “Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares: Concepções, Regulação e Nuance da Implantação numa Escola Pública da Rede Municipal de Natal” de Ricaline da Costa.

Tanto o trabalho de Leite (2023) quanto o de Costa (2022) não possuem divulgação online autorizada. Houve tentativa de contatar os autores por diversos meios de comunicação: e-mail pessoal, contato com o departamento e/ou biblioteca das instituições onde as pesquisas foram desenvolvidas e até mesmo por redes sociais. Nenhuma das alternativas galgaram êxito, esgotando assim as possibilidades de acesso aos trabalhos na íntegra.

Algumas conjecturas quanto a não publicação online destas pesquisas podem aqui ser levantadas. A primeira delas refere-se ao peso político diretamente ligado a temática do PECIM e todo seu entorno como pauta sensacionalista de uma política de governo que apresentava ligação com a extrema direita, assunto que será tratado no decorrer da pesquisa, trazendo à tona pautas como a censura e a violação à liberdade de expressão na área acadêmica.

Segundo estudo intitulado “A liberdade acadêmica está em risco no Brasil?”, produzido pelo Observatório do Conhecimento, em parceria com o Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT) e com o Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), houve represálias de formas diretas ou indiretas à produção acadêmica durante o período do governo Bolsonaro.

⁷ Almeida (2022), Azevedo (2023), Barbosa (2021), Costa (2022), Daud (2022), Ferreira (2021), Leite (2023), Leite (2022), Lengruber (2021), Santos (2023), Silva (2022) e Vaz (2023).

Os dados da pesquisa são um indicador do efeito nefasto das políticas de Bolsonaro para a ciência e a educação em nosso país: 58% dos entrevistados disseram conhecer experiências de pessoas que tiveram limitações ou interferências indevidas em pesquisas ou aulas, enquanto 27% dos entrevistados afirmam já ter limitado aspectos de seu trabalho de pesquisa com medo de consequências negativas, e 43% consideraram ruins ou péssimas as condições oferecidas por suas instituições para lidar com ameaças à liberdade acadêmica. (...) Segundo a pesquisa, professores e pesquisadores mais afetados proporcionalmente por ameaças e violações à liberdade acadêmica estão vinculados, em primeiro lugar, à área de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, seguida das Ciências da Saúde. (APUB, 2023).

Para além desta pesquisa, podem-se encontrar diversos outros fatos noticiados em diferentes veículos de comunicação sobre a censura acadêmica e educacional durante este período, a exemplo de:

Governo Bolsonaro é acusado de fazer intervenções na escolha das questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Segundo apuração da imprensa realizada em 17/11, 24 questões do exame foram retiradas após uma 'leitura crítica', sob o argumento de serem 'sensíveis'; depois, 13 delas voltaram a ser incluídas e 11 foram vetadas. Para analisar as questões, servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), tiveram de imprimir a prova previamente, em um procedimento não adotado em anos anteriores. Tal apuração se dá alguns dias após funcionários do Inep pedirem demissão por estarem sofrendo pressão psicológica do governo para retirarem questões do Enem consideradas controversas (LAUT, 2021).

"Mais do que em risco, há um projeto que se materializa de diversas formas", afirma o epidemiologista e ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel) Pedro Hallal. Ele relata perseguições e censura na apresentação de estudos, que, de alguma forma, apresentem um cenário desagradável ao governo do presidente Jair Bolsonaro (Valery, 2021).

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) chamou de censura a ação do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), órgão vinculado ao Ministério da Educação, de tirar do ar toda a série histórica com dados sobre o Censo Escolar da Educação Básica, e também os microdados do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) anteriores ao ano de 2020, e apontou que essa é uma tentativa do presidente Jair Bolsonaro (PL) de "amordçar a educação" (UOL, 2022a).

"A violação à liberdade de expressão foi institucionalizada no país à medida em que o presidente da República, Jair Bolsonaro, é o principal porta voz da violência, da agressividade contra qualquer profissional (jornalista, comunicador, artista, professor), veículo de comunicação, grupo artístico-cultural, instituição educacional que expresse uma visão de país e mundo distinta a sua e a de seu governo", afirma o FNDC⁸ (UOL, 2022b).

⁸ Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Outra suposição estaria relacionada aos interesses acadêmicos para publicações em revistas científicas, uma vez que publicados os trabalhos de teses e dissertações, os estudos advindos dessas pesquisas podem ser negados por periódicos que alegam movimento de plágio, ainda que sejam produzidos pelo mesmo autor.

Apesar de não haver acesso integral às pesquisas de Leite (2023) e de Costa (2022), o que impossibilitou o exercício de correlação desses escritos a fim de extrair material para este trabalho, essas não foram excluídas da análise, pois estão diretamente relacionadas à temática do PECIM.

O trabalho de Lengruber (2021), único entre os três que teve sua divulgação disponibilizada no formato online e na íntegra, teve como objetivo principal analisar o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, que culminou na criação de duzentas e dezesseis escolas pelo Brasil. O estudo questiona a adoção do programa que promove o ensino militar em escolas civis, como isso poderia efetivamente reduzir a violência escolar, bullying e o preconceito, e se é possível conciliar o ensino militarizado com uma educação emancipadora.

A dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro, o autor apresenta os principais aspectos do PECIM e expõe os critérios utilizados para a escolha das escolas pelo Governo Federal. No segundo capítulo, o autor sintetiza a história das instituições de ensino militares no Brasil, se atentando às diferenças entre as escolas militares, as escolas para dependentes de militares e as escolas civis militarizadas. E por fim, no capítulo três, o autor analisa o Manual de implantação das Escolas Cívico Militares (ECIM), com ênfase nos tópicos voltados ao 'Regulamento das ECIM' e das 'Normas e Condutas das ECIM'.

Buscando caracterizar o PECIM em termos educacionais, o autor identifica suas principais contribuições e/ou limitações no enfrentamento da violência escolar, baseando-se na Teoria Crítica da Sociedade a partir de seus aspectos e práticas.

Além disso, o autor pontua o fato do período analisado se dar durante a pandemia da COVID-19, impossibilitando aulas presenciais, o estudo compara o PECIM com outros modelos de escolas com ensino militar, assim como analisa o Manual das Escolas Cívico-Militares elaborado pelo Ministério da Educação (MEC).

A análise desse Manual, segundo Lengruber (2021), revela que o modelo de ensino proposto pelo PECIM não se alinha com uma abordagem democrática da

pedagogia, pois é baseado na hierarquia e controle disciplinar, impondo regras rigorosas aos estudantes. O manual enfatiza o patriotismo, o sentimento de nação e a coletividade sobre o indivíduo, concedendo poder aos militares de reserva que atuam nessas escolas como autoridades a serem obedecidas sem questionamento e sob ameaça de punições. As regras do Manual enaltecem as hierarquias e a rivalidade entre os estudantes, recompensando o bom comportamento e desempenho acadêmico e punindo comportamentos que julgam ser inadequados.

Portanto, visando contribuir para uma abordagem mais humana e emancipadora da educação, o autor conclui que o estudo busca provocar uma reflexão crítica sobre um modelo de ensino que está se disseminando rapidamente nas escolas públicas brasileiras, onde os estudantes obedecem por medo da punição.

1.2 PRODUÇÕES ACADÊMICAS CUJA ANÁLISE DE CONJUNTURA É UTILIZADA COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA

Utilizando da plataforma CAPES, foi realizada uma busca com o termo “Análise de Conjuntura”, entre aspas, com o único filtro referente aos anos de publicação (entre 2020 e 2023)⁹. Foram encontrados 48 trabalhos, dos quais 13 foram excluídos da análise por não estarem relacionados diretamente ao tema.

Dos excluídos¹⁰, justifica-se a aparição deles na busca por citarem o termo “análise de conjuntura” e/ou suas variações como: analisar a conjuntura, análise da conjuntura, análise conjuntural da atualidade etc., sem que fossem realmente ligadas a terminologia de conceito metodológico que será usada neste trabalho.

Dos 35 trabalhos analisados, 28 são dissertações de mestrado e 7 teses de doutoramento. Esses estão distribuídos em 21 instituições de ensino superior, sendo elas: Universidade Federal de Santa Maria; Universidade Federal do ABC; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal da Bahia;

⁹ O filtro se justifica visando investigar apenas trabalhos publicados após a criação do PECIM (2019).

¹⁰ Chaves (2020) utiliza o termo como título da obra de outro autor que foi analisada em seu trabalho; Barboza (2020) utiliza o termo como conceito abordado pelo autor Marx que será objeto no seu estudo; Picetskei (2020) utiliza o termo para fazer menção ao conceito utilizado pelo autor que irá trabalhar em sua pesquisa; Dourado (2020) utiliza o termo referente a um conceito na área de arquitetura e urbanismo; Araujo (2022), Jesus (2020), Carlini (2020), Neto (2020), Bulhões (2020), Martins (2020), Bonalume (2020), Cordeiro (2020) e Arend (2020) utilizam o termo como expressão na escrita de seus resumos.

Universidade do Estado da Bahia; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Universidade Estadual de Ponta Grossa; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal de Lavras; Universidade Regional de Blumenau; Universidade Federal do Paraná; Fundação Universidade Federal do Tocantins; Fundação Universidade Federal de Roraima; Fundação João Pinheiro (Escola de Governo); Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Universidade Salvador; Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Universidade Federal do Mato Grosso.

Das instituições citadas, a Universidade Regional de Blumenau e a Universidade Federal de Santa Maria aparecem com maior número de trabalhos, 6 dissertações cada, seguida pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2 teses e 1 dissertação, e pelas Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2 teses, e Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2 dissertações, as demais instituições aparecem com um trabalho cada.

Os trabalhos foram desenvolvidos em 16 programas de pós-graduação, sendo eles: Ciências Sociais; Políticas Públicas; Educação; Saúde Coletiva; Educação e Contemporaneidade; Ciências da Religião; Ciências Sociais Aplicadas; Direito; Administração Pública; Economia Política Internacional; Geografia; Desenvolvimento Territorial Sustentável; Estudos de Linguagem; Letras: Cultura, Educação e Linguagens; “Direito, Governança e Políticas Públicas” e Teologia.

Dentre eles, os programas em Educação são predominantes, com 12 trabalhos, 4 teses e 8 dissertações, seguidos pelos programas em Ciências Sociais, com 6 trabalhos (todos dissertações), e pelos programas de Ciências da Religião, Administração Pública e Geografia, todos com 2 trabalhos cada (todos dissertações). Os demais programas apresentam apenas um trabalho cada.

Dos 35 trabalhos analisados, 18¹¹ aparecem na busca pelo fato de estarem alocados em um contexto geral de estudos sobre análise de conjuntura, seja pela área de concentração, linha de pesquisa ou projetos de pesquisa, visto que o termo não aparece sequer em seus títulos, palavras-chaves ou resumos.

Desses 18 trabalhos, justifica-se a prevalência das produções nas instituições

¹¹ Maierin (2020), Kwiatkowski (2022), Lima (2021), Real (2021), Soccal (2021), Wachholz (2021), Gomes (2021), Jeudy (2020), Novais (2021), Junior (2020), Cherobin (2020), Silva (2021), Junior (2022), Argollo (2022), Padilha (2022), Ribeiro (2022), Pampu (2021), Westphal (2021).

citadas, com mais de uma produção cada, pois todas elas, sem exceção, se configuram no cenário apontado no parágrafo anterior, de modo que só apareceram na busca por estarem alocados em uma área, linha ou projeto que abarca a análise de conjuntura como tema. Similarmente, nos programas de pós-graduação esses trabalhos aparecem na Educação (9), Ciências Sociais (6), Ciências da Religião (2) e Administração Pública (1), excluindo apenas Geografia entre os que mais produziram. Portanto, neste cenário, não se pode afirmar que as instituições e/ou os programas que mais produzem de fato estejam tratando o tema da Análise de Conjuntura como aparato metodológico em suas pesquisas.

Outros 9¹² trabalhos, dentre os 35 analisados, utilizam a Análise de Conjuntura de forma muito pontual ou sucinta em suas pesquisas, como por exemplo: na triangulação de métodos ou de forma resumida, para corroborar suas outras escolhas metodológicas.

São 8 os trabalhos que de fato utilizam a Análise de Conjuntura como ferramenta metodológica, sendo 3 teses e 5 dissertações, publicadas nos anos de 2020, 5 trabalhos, e 2021, 3 trabalhos, sem predominância nos programas publicados¹³ e ou nas instituições¹⁴.

Os trabalhos são: ANÁLISE DE CONJUNTURA COMO FERRAMENTA PRÁTICA PARA AVALIAR POLÍTICAS PÚBLICAS: O caso do Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista (CONDERG) de Malena da Silva Saragon (2020);

A REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA DURANTE OS GOVERNOS DILMA: uma análise da conjuntura. de Camila Ramos Reis (2020a);

A POLÍTICA E AS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS EM TEMPOS DE FAKE NEWS: cenários, tramas+B12 e movimentos em análises de conjuntura de Inaia Brandão Pereira (2021);

A CIRCULAÇÃO DO SENSO COMUM E OS DESLOCAMENTOS DE SENTIDO NOS DISCURSOS DE PROFESSORAS de Jerusa Alves Cuty (2021);

¹² Reis (2020b), Rodrigues (2020), Gontijo (2020), Ferreira (2020), Costa (2020), Natividade (2020), Dorne (2020), Azevedo (2020) e Souza (2019).

¹³ Políticas Públicas, Saúde Coletiva, Educação e Contemporaneidade, Educação, Ciências Sociais Aplicadas, Direito, Economia Política Internacional e Geografia.

¹⁴ Universidade Federal do ABC, Universidade Federal da Bahia, Universidade do Estado da Bahia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Fundação Universidade Federal de Roraima.

DOS DIREITOS HUMANOS À GESTÃO SOCIOAMBIENTAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA DA AGENDA 2030 A PARTIR DAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS RIO-92 E RIO+20 de Andrelis Christine de Meira (2020).

A INVENÇÃO E A DESTRUIÇÃO DO TRABALHISMO: ANÁLISE DA CONJUNTURA DA (DES)REGULAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA CIDADANIA BRASILEIRA, de Rafaela Miotto de Almeida (2021);

LONGA DURAÇÃO, SISTEMA MUNDO MODERNO CAPITALISTA, TEMPOESPAÇO CÍCLICO-IDEOLÓGICO E A NATUREZA DO DECLÍNIO DA HEGEMONIA AMERICANA: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA ANÁLISE DA CONJUNTURA de Isis Campos Camarinha (2020) e;

GEOHISTÓRIA E A ESPACIALIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO ESTADO DE RORAIMA: 1992-2018 de Marcos de Lima Gomes (2020).

Dos referenciais teóricos utilizados nas pesquisas que abordam a análise de conjuntura podemos destacar cinco nomes: Herbert José de Souza, com sua obra intitulada “Como se faz Análise de Conjuntura” (1984, 1986, 1989); Antônio Augusto Queiroz, autor de “Análise de conjuntura: como e por que fazê-la” (2015); José Eustáquio Diniz Alves, com o escrito “Análise de conjuntura: teoria e método” (2008); Claudia Santiago, autora de “Como Fazer Análise de Conjuntura” (2014) e Fernand Braudel, cujo pensamento e obra¹⁵ foi utilizado para uma construção de análise a partir de seus escritos.

É possível observar a prevalência da obra de Souza, em suas diferentes edições, na maioria dos trabalhos (5), destacando o autor como principal referencial teórico para a construção de pesquisas que pretendem abordar a análise de conjuntura como percurso metodológico.

Como se faz Análise de Conjuntura, obra escrita por Herbert José de Souza, também conhecido como Betinho, aborda a metodologia para realizar análises de conjuntura, um processo essencial para compreender e interpretar os acontecimentos sociais, políticos e econômicos de um determinado recorte temporal. Betinho, reconhecido sociólogo e ativista brasileiro, enfatiza a importância de uma abordagem multidisciplinar e crítica para entender as complexidades da realidade.

¹⁵ Camarinha (2020) utiliza o autor, que não produziu obras específicas sobre análise de conjuntura, a partir de um viés histórico para construir a análise de conjuntura do fenômeno abordado em sua pesquisa.

O livro apresenta um guia prático para conduzir análises de conjuntura, destacando a necessidade de considerar diversos fatores, como estrutura social, contexto histórico, interesses de classes e dinâmicas políticas. O autor argumenta que essa análise não pode ser estática e nem anacrônica, mas sim dinâmica e sensível às mudanças e contradições do momento presente.

Ao longo da obra, o autor fornece exemplos concretos e técnicas para identificar os principais elementos que influenciam uma conjuntura, como será observado nos capítulos seguintes deste estudo, incluindo a análise de indicadores sociais, econômicos e políticos, além da observação dos conflitos e das relações de poder em jogo.

No âmbito político, Betinho destaca a importância de compreender as diferentes forças e atores envolvidos em um determinado contexto, suas estratégias e alianças, para prever possíveis desdobramentos e agir de forma estratégica na promoção de mudanças sociais. Em resumo, a obra oferece uma visão abrangente e prática sobre a análise de conjuntura, destacando sua relevância para a compreensão do mundo contemporâneo e para a atuação política, e social, consciente.

1.3 NOTAS SOBRE O BALANÇO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS ANALISADAS

Dentre os 11 trabalhos selecionados, os três referentes à temática do PECIM e os oito que utilizam a análise de conjuntura como ferramenta metodológica, destacam-se algumas convergências e divergências, para além do nível acadêmico e ano de publicação, aqui já detalhados e apresentados no momento anterior.

Um dado relevante observado é o fato da maioria das pesquisas, 8 das 11, terem sido desenvolvidas por mulheres. Estudos apontam que as mulheres vêm ganhando espaço no ambiente acadêmico, assim como têm produzido mais nas últimas décadas. Outro fator é a prevalência dessas em áreas do conhecimento como as ciências humanas.

Hoje, as mulheres são cerca de 54% dos estudantes de doutorado no Brasil, o que representa um aumento impressionante de 10% nas últimas duas décadas. No Brasil, assim como no resto do mundo, no entanto, essa participação varia muito de acordo com a área do conhecimento. Nas ciências da vida e da saúde, por exemplo, as mulheres são a maioria dos pesquisadores (mais de 60%), enquanto nas ciências da computação e matemática elas representam menos de 25% (De Negri, 2021).

O estudo de Grossi et al. (2016), relata o crescimento da escolarização das mulheres brasileiras, comparando as taxas de matrícula entre os anos de 1998 e 2003. A nível de ensino médio, as mulheres atingiram o índice de 54% comparado ao de 46% dos homens; na graduação, o índice feminino ultrapassa o masculino em 12,8%; na pós-graduação, o mestrado apresenta um aumento de 102,2% em comparação com os 67,9% dos homens; e no doutorado, os números saltam para 104% comparados a 69,2% das matrículas masculinas.

Outros estudos mostram que mesmo a crescente sendo feminina na produção acadêmica, o reconhecimento dessas pesquisadoras, seja acadêmico ou financeiro, ainda é destoante contraposto ao dos homens, sendo impossível não atrelar a pauta às questões de estruturas patriarcais na sociedade.

Apesar de serem a maioria das pessoas com doutorado em diversas áreas, as mulheres brasileiras não estão tão bem representadas nos níveis mais altos da carreira. Um estudo recente mostrou que as mulheres representam apenas 24% dos beneficiários de um subsídio do governo brasileiro concedido aos cientistas mais produtivos do país (a bolsa produtividade). A sub-representação em posições de liderança ainda persiste: as mulheres cientistas são apenas 14% da Academia Brasileira de Ciências (De Negri, 2021).

No Brasil, apesar de os números de mulheres com mestrado e doutorado serem superiores ao dos homens, as mulheres representam apenas 33% do total de bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq, concedidas como reconhecimento a pesquisadores de maior produção. A desigualdade de gênero aumenta nas áreas de Ciências Exatas, Engenharia e Computação (CNPq, 2021) (Pacheco, 2022).

Nota-se também que a maioria dos trabalhos, 9 dos 11, além de serem produzidos majoritariamente por mulheres, foram produzidos sobretudo nas instituições de ensino superior públicas. Segundo relatório disponibilizado pela Clarivate Analytics¹⁶ à CAPES, as universidades públicas brasileiras são as responsáveis pela maior parcela da produção científica no país.

O relatório Pesquisa no Brasil, disponibilizado pela Clarivate Analytics à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), revela que todas as 20 universidades que “mais produzem conhecimento científico relevante” no País são públicas. A predominância dessa produção científica se dá, principalmente, pelo foco do ensino superior particular no Brasil ser no ensino e não na pesquisa, bem como no investimento elevado e de alto risco que a pesquisa demanda (Ramires, 2018).

99% da produção científica vem das universidades públicas (federais e

¹⁶ Empresa responsável por realizar análises no campo de pesquisa científicas acadêmicas a nível internacional.

estaduais), segundo relatório de 2018 da Clarivate Analytics para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Diferentemente da maioria das instituições privadas, as universidades públicas não se limitam a encontrar soluções para empresas ou “formar mão de obra” para o mercado. Atendem ao interesse público, sempre voltadas para encontrar soluções para os problemas do país e da população (Apub-Sindicato, 2021).

Alguns fatores podem contribuir para a produtividade em termos de pesquisa nas universidades públicas, como financiamento, recursos, pesquisa a serviço público, acesso a talentos, corpo docente qualificado, incentivos e reconhecimento.

Essas instituições tendem a receber financiamento significativo do governo e têm acesso a uma ampla gama de recursos, incluindo instalações de pesquisa, equipamentos de laboratório e bibliotecas.

As universidades públicas também têm a missão institucional que inclui a pesquisa para além do ensino, com foco em um projeto de Estado e não de governos. Seu corpo docente é incentivado a produzir estudos que beneficiem a comunidade em geral, abordando problemas locais, regionais ou globais, devolvendo à sociedade uma parcela do aprendizado adquirido.

O acesso às universidades públicas passa por um rigoroso nivelamento, o que frequentemente resulta em uma base de alunos talentosos, tanto de graduação quanto de pós-graduação.

Seu corpo docente geralmente atrai e retêm professores e pesquisadores altamente qualificados, que estão envolvidos ativamente com pesquisas em suas respectivas áreas, influenciando diretamente na qualidade da produção acadêmica.

E por fim, as universidades públicas têm políticas de incentivo à pesquisa, que podem incluir concessão de verbas e bolsas para projetos voltados para essa prática, tempo dedicado a esses estudos para professores, além de reconhecimento institucional e acadêmico por contribuições significativas para o conhecimento.

Apesar da tradição e competência na produção científica nacional, as universidades públicas passaram, nos últimos anos, especificamente no último governo, por tentativas de desmonte e sucateamento, questão que será mais bem detalhada no capítulo 3 desta pesquisa.

Outro ponto pertinente dentre os 11 estudos analisados, foi a grande área do conhecimento/avaliação na qual se enquadram, sendo 7 deles pertencentes às Ciências Humanas, 3 deles as Ciências Sociais Aplicadas e 1 deles a Ciências da Saúde, o que justifica conseqüentemente sua concentração em universidades

públicas e produção por mulheres, como já apontado.

Sendo assim, neste estudo foi observada a crescente participação das mulheres na produção acadêmica, especialmente em áreas humanas e com prevalência em universidades públicas.

Esse fenômeno reflete não apenas a tradição histórica e estruturação do sistema educacional do país, mas também questões socioeconômicas e políticas que permeiam o acesso ao ensino superior e à pesquisa. Muitos dos desafios enfrentados no país, como desigualdade, injustiça social, diversidade cultural e preconceitos, são temas frequentemente abordados pela produção acadêmica nas áreas humanas e nas instituições públicas.

Sendo assim, as universidades públicas no Brasil desempenham um papel fundamental na produção de conhecimento, construindo uma reflexão crítica sobre a sociedade. Desde as ciências sociais até as humanidades, passando pela educação e áreas afins apontadas nessa análise, nota-se que as mulheres têm desempenhado um papel significativo na pesquisa e na produção de conhecimento.

Essa tendência é evidenciada não apenas em números, mas também em qualidade e relevância das contribuições, que servem como um terreno fértil para o desenvolvimento intelectual da sociedade. No entanto, é importante notar que, embora haja uma representação significativa das mulheres na produção acadêmica, ainda há disparidades de gênero que persistem em termos de acesso a recursos, oportunidades de promoção e reconhecimento acadêmico.

Em suma, esta pesquisa também se enquadra na análise apresentada, pois foi elaborada por uma mulher, dentro de uma instituição pública e na área das humanidades, especificamente nas ciências sociais aplicadas. Que, reflete uma das questões educacionais do cenário brasileiro, o PECIM, ainda não abordado a partir de um viés de análise conjuntural, trazendo consigo a bagagem social, política e cultural do contexto nacional, validando assim a escolha e a necessidade de observar esse fenômeno por essa óptica.

Portanto, no próximo capítulo será abordada a análise de conjuntura como ferramenta metodológica para esta pesquisa, passando por seus principais referenciais teóricos, assim como outros referenciais que venham a contribuir para a base metodológica deste estudo.

CAPÍTULO 2 – A ANÁLISE DE CONJUNTURA COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA

Para adentrar as escolhas metodológicas desta pesquisa, faz-se necessário uma explanação sobre o surgimento da pesquisa quantitativa *versus* pesquisa qualitativa nas ciências sociais. Essa problemática tange ao debate entre sociologia positivista e sociologia compreensiva (Goldenberg, 2011).

Na sociologia positivista, o objeto das ciências sociais deve ser estudado como nas ciências físicas, destacando a separação entre sujeito e objeto, devendo o pesquisador manter uma certa distância do seu objeto de pesquisa, evitando distorcê-lo com seus preceitos, crenças e julgamentos, fazendo da pesquisa uma atividade neutra e objetiva. Este segmento teve como precursor Émile Durkheim (1858-1917), a qual apontava que os fatos sociais devem ser encarados como “coisas” externas ao indivíduo, sendo independente da consciência humana e verificável através da observação e da experiência dos sentidos.

Já a sociologia compreensiva acredita que a realidade social interfere na motivação e ação dos indivíduos diante das ações sociais, inclusive como pesquisadores e observadores. Seu principal expoente foi Max Weber (1864-1920), a qual afirmava que os cientistas sociais pesquisadores dos significados das ações sociais de outros indivíduos e deles próprios, são sujeitos e objetos de suas pesquisas. Nesta perspectiva, a qual se opõe à separação positivista entre sujeito e objeto, é natural que cientistas sociais se interessem por temas que valorizem e possuam significado para si próprios.

Essa discussão epistemológica contextualiza o surgimento das técnicas e métodos qualitativos de pesquisa social. Contudo, foi somente a partir da Escola de Chicago, nas décadas de 1920 e 1930, que as investigações qualitativas passaram a tomar forma e ganhar importância nas pesquisas sociais (Bulmer, 1984; Denzin e Lincoln, 2006; Martins, 2015).

Brito e Leonardos (2001) afirmam que o avanço das pesquisas qualitativas no campo das ciências sociais levou a um confronto entre paradigmas: os adeptos do paradigma empírico/positivista, hegemônico, acusam os adeptos do paradigma subjetivista/construtivista de fazerem pesquisas que não passam de uma versão menos fidedigna da realidade.

Retomando aos pensamentos de Weber, nos quais o pesquisador não é capaz de extrair-se como sujeito e objeto de sua pesquisa, e compactuando com a ideia de que a realidade social remonta suas significâncias, optou-se aqui pela construção de uma pesquisa de abordagem qualitativa explicativa de natureza aplicada, uma vez que se busca interpretar e compreender os fenômenos sociais, objetivando gerar novos conhecimentos. Gil (2002) se manifesta da seguinte forma, ao se referir a pesquisa qualitativa explicativa:

Essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas (Gil, 2002, p.42).

Esse tipo de pesquisa é comumente utilizado nos estudos da área de ciências sociais, e para tanto, nesta pesquisa, utilizaremos da Análise de Conjuntura como método para estudar o fenômeno da criação do Programa Nacional das Escolas Cívico Militares (PECIM).

Segundo Oliveira (2014), a Análise de Conjuntura não se limita unicamente a uma narrativa, mas também a interpretação do conjunto delas, como aponta o autor:

Desse modo, a Análise de Conjuntura é um instrumento metodológico da Ciência Política, que serve para interpretar os eventos, os quais surgem da ação dos atores em específicos contextos (Oliveira, 2014, p. 25).

Para Santiago e Moraes (2014, p. 16) “entender para onde sopram os ventos políticos, econômicos e sociais ou comportamentais de um determinado momento é essencial para saber como navegar”, validando a Análise de Conjuntura como uma ferramenta de auxílio espacial na interpretação de um determinado evento, salientando ainda que:

Analisar uma conjuntura é, então, descortinar uma janela e reconhecer, através dela, quais personagens que estão encenando uma determinada história. Qual a força real desses atores sociais? Quais as classes e quais seus interesses? Quais os objetivos que os mobilizam? Quais os interesses históricos e imediatos que estão em jogo, quais as regras do jogo e qual é a atuação de cada classe sobre o tabuleiro da vida? (Santiago; Moraes, 2014, p. 20).

Alves (2008, p. 01) coloca que uma análise de conjuntura é um retrato dinâmico de uma realidade e não uma simples descrição de fatos ocorridos em um determinado local e período. Ela deve ir além das aparências e buscar a essência do real.

Já Souza (1996), ao se referir Análise de Conjuntura como método de pesquisa, destaca:

A análise de conjuntura é uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse. Nesse sentido não há análise de conjuntura neutra, desinteressada: ela pode ser objetiva, mas estará sempre relacionada a uma determinada visão do sentido e do rumo dos acontecimentos. (Souza, 1996, p. 08).

Sendo assim, a escolha da análise de conjuntura como método de pesquisa não se dá por aleatoriedade ou mera escolha pessoal, pois entende-se que ao analisar determinado fenômeno social faz-se necessário o olhar e entendimento de suas diferentes nuances dentro de nossa sociedade.

2.1 ANÁLISE DE CONJUNTURA POR JOSÉ EUSTÁQUIO DINIZ ALVES

Para Alves (2008, p. 01), uma análise de conjuntura não é uma obra neutra, tomada independente de um posicionamento político, visto que a decisão das variáveis de análise pressupõe uma escolha diante da realidade. O autor ainda afirma:

Tampouco a análise de conjuntura é uma plataforma de reivindicações. Ao contrário, a análise de conjuntura deve buscar dimensionar as forças que participam da dinâmica social estabelecendo quais as alternativas de atuação dentro desta realidade, não sendo nem uma utopia, nem uma "destopia". (Alves, 2008, p. 01).

Entendendo a análise como método, o autor propõe algumas etapas para sua aplicação:

- 1) Seleção do material empírico, buscando realçar os principais fatos econômicos, sociais, políticos e culturais ocorridos no período;
- 2) Análise deste material buscando identificar os elementos comuns que representam novas tendências (o elemento novo que supera o velho) e as invariantes da conjuntura;
- 3) Exame do material contrapondo uma análise das partes para o todo e do todo para as partes;
- 4) Explicação da correlação de forças entre os diversos atores sociais e como as alterações nesta correlação explicam a dinâmica do movimento social;
- 5) Análise sincrônica dos elementos da contemporaneidade;
- 6) Explicação das mediações que traduzem as características abstratas dos vetores de transformação capazes de agregar os fatos dispersos da realidade concreta;
- 7) Comprovação empírica (através de dados estatísticos) das tendências enunciadas nos itens anteriores;
- 8) Análise diacrônica da evolução longitudinal dos dados e fatos;
- 9) Apontar tendências futuras que poderão ser cheçadas e verificadas em

- análises posteriores;
- 10) Apontar alternativas de ação e de intervenção social diante do quadro de correlação de forças nacional e internacional. (Alves, 2008, p. 02).

Antes mesmo de adentrar a construção da análise, o autor destaca a importância da distinção no entendimento de alguns dos conceitos que permeiam o tema. Com relação a conjuntura e a estrutura, a primeira refere-se a análise do conjunto, das partes que formam o todo; a segunda seria a interligação desse conjunto. Sendo a conjuntura relacionada a ciclos de curto prazo e a estrutura a ciclos de longo prazo.

Para os termos estrutural (referente à infraestrutura) e institucional (referente à superestrutura) é importante ater-se ao conceito de Karl Marx (1818-1883) o qual aponta que infraestrutura compete às forças de produção e a superestrutura seria a dominação das classes.

Logo, quando o autor se refere às mudanças estruturais, entende-se que elas tangem aos conceitos de produção, podendo se apresentar de duas formas. A primeira seriam mudanças no modo de produção, (feudalismo, socialismo, capitalismo), e a segunda seriam as mudanças dentro desses modos de produção, (revolução industrial, revolução científica, revolução tecnológica).

Quanto às mudanças institucionais, seriam aquelas pertencentes aos domínios de classe, também identificadas em dois tipos. O primeiro seriam as mudanças no aparato institucional, (monarquia, parlamentarismo, república, presidencialismo), e o segundo, as mudanças dentro desses aparatos institucionais, (organização dos três poderes, constituições, leis).

Outro conceito apresentado por Alves (2008, p. 08) é o de tática e estratégia, no qual a tática está para a conjuntura assim como a estratégia está para a estrutura. Sendo a tática aplicada às questões de curto prazo e a estratégia às questões de longo prazo:

O curto prazo é definido como um período insuficiente para alterar os meios de produção ou as instituições políticas da sociedade. O longo prazo é definido como o período de tempo em que pode haver mudanças estruturais na base técnico-produtiva ou nas instituições políticas e ideológicas (Alves, 2008, p. 08).

A partir dos conceitos apresentados por Alves, é possível observar que sua construção de análise de conjuntura como metodologia traça uma linha temporal no qual deve-se medir a dinâmica social, de forma a não ficar atrás dos acontecimentos,

e nem à frente da realidade (Alves, 2008 p. 10).

2.2 ANÁLISE DE CONJUNTURA POR HERBERT JOSÉ DE SOUZA

Herbert José de Souza, popularmente conhecido como Betinho, em sua obra “Como se faz Análise de Conjuntura” (1996), reúne um apanhado de conceitos e representações que nos fornecem aparatos para a construção de uma análise de conjuntura como método de pesquisa nas ciências sociais.

O estudo do autor aborda diferentes aspectos para análise (como sistemas internacionais de economia, transnacionalização etc.) entretanto, optou-se por não abordá-los, uma vez que não contribuem diretamente com o presente objeto de estudo¹⁷. O recorte visa elucidar dois grandes aspectos de sua obra, baseando-se em suas concepções de categorias e formas de controle político na análise de conjuntura.

Souza compreende a análise de conjuntura como uma ferramenta que fornece um panorama completo do cenário no qual as políticas públicas estão sendo desenvolvidas, destacando que ela por si só é um ato político:

No momento em que toda a sociedade brasileira acompanha ativamente o desenrolar dos acontecimentos políticos, fica evidente que não basta apenas estar com a leitura dos jornais em dia para entender o que está ocorrendo. No volume de informações que é veiculado todos os dias é necessário identificar os ingredientes, os atores, os interesses em jogo. Fazer isso é fazer análise de conjuntura (Souza, 1996, p. 07).

A análise exige o conhecimento dos elementos analisados e disponíveis, além da capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações e tendências, sendo necessárias algumas categorias, das quais aqui são divididas em cinco: acontecimentos, cenários, atores, relação de forças e articulação entre estrutura e conjuntura.

Os acontecimentos podem ser definidos como fatos que adquirem sentido especial para um determinado grupo. Existem ocorrências que constituem então os acontecimentos, estas ocorrências por sua dimensão e seus efeitos afetam o destino e a vida de milhões de pessoas, da sociedade em seu conjunto (Souza, 1996, p. 10).

Os cenários são reconhecidos como os espaços das ações sociais e políticas, onde os fenômenos estudados se desenvolvem:

¹⁷ O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.

Cada cenário apresenta particularidades que influenciam o desenvolvimento da luta e muitas vezes o simples fato de mudar de cenário já é uma indicação importante de uma mudança no processo... Quando o governo consegue deslocar a luta das praças para os gabinetes já está de alguma forma deslocando as forças em conflito para um campo onde seu poder é maior (Souza, 1996, p. 11).

Os atores, por sua vez, são designados como indivíduos sociais que representam algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), encarnando uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia (Souza, 1996, p. 12).

Quanto às relações de forças, que podem sofrer mudanças permanentes, não se caracterizando estáticas, o autor explica que:

Essas relações podem ser de confronto, de coexistência, de cooperação e estarão sempre revelando uma relação de força, de domínio, igualdade ou de subordinação. Encontrar formas de verificar a relação de forças, ter uma ideia mais clara dessa relação é decisivo se se quer tirar consequências práticas da análise da conjuntura (Souza, 1996, p. 13).

Por fim, a metodologia ressalta a articulação entre estrutura e conjuntura, na qual a percepção das forças, movimentos, contradições e problemas que permeiam os acontecimentos e ações se fazem extremamente importantes para o entendimento do fenômeno como um todo, como coloca o autor:

Tão importante quanto entender o que já está acontecendo é estar atento aos sinais dos fenômenos novos que começam a se manifestar”, é ficar atento ao fio condutor desses acontecimentos, que desencadearão na realidade dos fatos. O autor ainda salienta que “quando somos capazes de perceber a lógica interna de uma determinada política econômica ficará mais fácil entender o sentido dos decretos, das ações e até mesmo das visitas dos ministros do Planejamento (Souza, 1996, p. 15).

Betinho também apresenta em seu estudo as formas de controle político, que se apresentam como mecanismos existentes em cada formação social com o objetivo de manter a estabilidade e a ordem dos regimes (Souza, 1996, p. 33). São elas: a coerção econômica, os mecanismos de controle sobre a organização social, os mecanismos ideológicos de resignação/medo e o controle da informação.

A coerção econômica (Souza, 1996, p. 33) baseia-se no controle do Estado sobre os grupos sociais a partir do aparato econômico, nos quais para sobreviver é necessário assalariar-se, submetendo-se ao poder econômico do Estado ou dos proprietários privados dos bens de produção, por meio dos impostos, taxas e salários.

Os mecanismos de controle sobre a organização social (Souza, 1996, p. 34)

seriam as regras e normas estabelecidas pelo estado a fim de regulamentar ou proibir as ações das organizações¹⁸, como as leis, por exemplo.

Desta forma o Estado trata de "organizar" e "desorganizar" a sociedade civil segundo os interesses dos grupos ou classes dominantes, como se essa vontade transformada em lei representasse a vontade de todos e em benefício de todos (Souza, 1996, p. 34).

Os mecanismos ideológicos de resignação e medo representam duas formas fundamentais de controle social. A resignação (Souza, 1996, p. 35) acontece na subjetividade do sujeito social, assim aceita-se a ordem social, suas leis, seus mecanismos, seus horizontes como algo inevitável e imutável. O medo se dá por um elemento externo, que desestabiliza as crenças do indivíduo.

Um exemplo de resignação é a ideologia religiosa, a aceitação e submissão. Quanto ao medo, a criação de um inimigo em comum, como destaca o autor:

Se na resignação a dominação era internalizada na própria vítima, no medo é necessário criar a idéia de um perigo, ameaça, inimigo poderoso ou força sem limites que se coloca fora e por cima da vítima. Os grupos sociais ou as pessoas atacadas pelo medo ficam paralisadas enquanto sentirem que esse inimigo externo os ameaça. Mas retomarão os movimentos quando esse inimigo desaparecer. Daí, que o regime que usa o terrorismo, o medo como arma de controle social deve estar sempre criando as situações de medo, inventando perigos, explorando as situações de ameaça, para manter acesa a chama do medo nas pessoas (Souza, 1996, p. 36).

Por fim, a última forma de controle político apresentado pelo autor seria o controle da informação. Em uma sociedade onde informação é poder e produzir informação é produzir as condições da existência e exercício do poder político (Souza, 1996, p. 37), Betinho coloca que:

Os órgãos de inteligência trabalham com um sentido de "guerra" na produção de informação e de contrainformação, onde o que interessa é o objetivo que o órgão persegue e não a existência do fato, onde predomina a manipulação do dado e não sua veracidade (Souza, 1996, p. 37).

Sendo assim, após apresentar a conceituação de algumas das estruturas metodológicas utilizadas na análise de conjuntura definida por Souza, nota-se que este tipo de análise se mostra complexa e detalhada, exigindo do pesquisador um olhar acurado e sagaz sobre seu objeto de estudo.

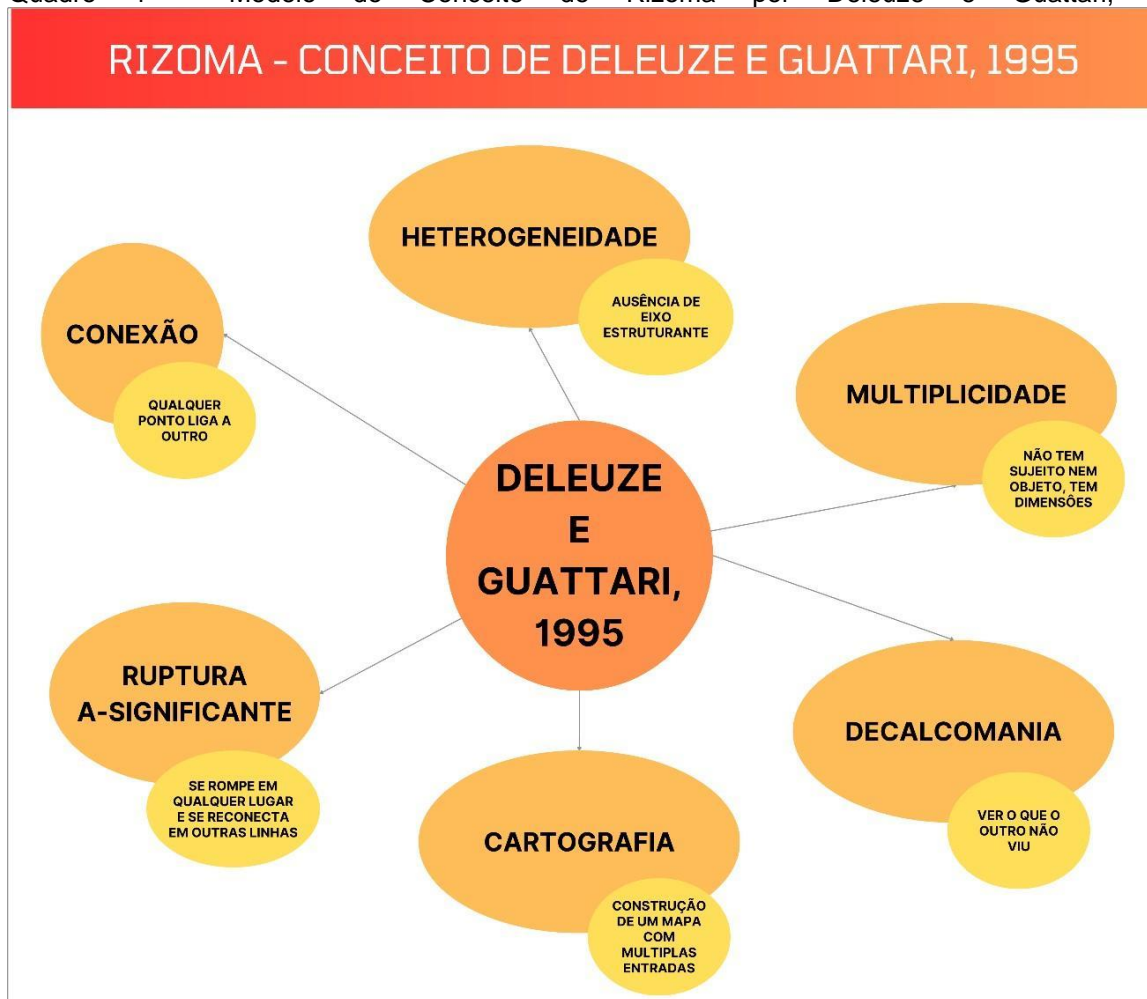
¹⁸ Entende-se aqui como organizações os partidos políticos, as escolas, as universidades, as empresas, as editoras, os meios de difusão de massa etc. (SOUZA, 1996, p. 34).

2.3 TECENDO O RIZOMA

O pensamento não é arborescente e o cérebro não é uma matéria enraizada nem ramificada. O que se chama equivocadamente de "dendritos" não assegura uma conexão dos neurônios num tecido contínuo. A descontinuidade das células, o papel dos axônios, o funcionamento das sinapses, a existência de microfendas sinápticas, o salto de cada mensagem por cima destas fendas fazem do cérebro uma multiplicidade que, no seu plano de consistência ou em sua articulação, banha todo um sistema, probalístico incerto (Deleuze; Guattari, 1995, p. 24).

O termo rizoma origina-se na área de estudo da botânica, mas é a partir do conceito ressignificado dos filósofos Deleuze e Guattari (1995) a ideia é transportada para a área das ciências humanas. A concepção para os autores passa por seis princípios: o de conexão, o de heterogeneidade, o de multiplicidade, o de ruptura a-significante, o de cartografia e o de decalcomania, conforme pode se observar no quadro 1.

Quadro 1 - Modelo do Conceito de Rizoma por Deleuze e Guattari, 1995.



Fonte: A autora.

No quadro 1 podemos examinar de forma mais didática os princípios e a forma como se estrutura, ou não, um Rizoma. Para tanto, cada um será abordado separadamente.

Conexão: qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro, e deve sê-lo (Deleuze; Guattari, 1995, p. 14). A heterogeneidade se apresenta pela ausência de um eixo estruturante ou modelo definido.

Uma multiplicidade não tem sujeito ou objeto, mas sim determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (Deleuze; Guattari, 1995, p. 15).

Um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retomado segundo uma ou outra de suas linhas, e segundo outras linhas (Deleuze; Guattari, 1995, p. 17), rompendo e se reconectando, apresentando uma ruptura a-significante:

Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter umas às outras (Deleuze; Guattari, 1995, p. 17).

Nos princípios da cartografia e decalcomania, encerra-se o rizoma como a construção de um mapa e não decalque, um mapa de múltiplas entradas contrariante ao decalque que volta a ele mesmo:

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação (Deleuze; Guattari, 1995, p. 21).

A partir das características apresentadas, entendemos que o rizoma parte da concepção de enxergar as pessoas, o conhecimento e as relações a partir de um movimento não estático, uma multiplicidade. O rizoma não apresenta raiz ou centro, começo ou fim, ele é o meio, que se ramifica e se dispersa para diferentes lados, se espalhando e multiplicando conexões e direções.

Resumamos os principais caracteres de um rizoma: diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos (Deleuze; Guattari, 1995, p. 31).

Entendendo que os sujeitos e a própria sociedade se constroem e desconstroem de maneira rizomática, multifacetada e complexa, adentra-se ao conceito a fim de conferir a esta pesquisa um olhar horizontalizado, e não vertical do estudo.

Uma tal multiplicidade não varia suas dimensões sem mudar de natureza nela mesma e se metamorfosear. Oposto a uma estrutura, que se define por um conjunto de pontos e posições, por correlações binárias entre estes pontos e relações biunívocas entre estas posições, o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza. (Deleuze; Guattari, 1995, p. 31).

A presente dissertação busca inter-relacionar os conceitos metodológicos de análise de conjuntura apresentados por José Eustáquio Diniz Alves e Herbert José de Souza a partir de uma escrita rizomática, sem fixar raízes ou delimitar pontos de partida e/ou final.

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo* (...) A árvore impõe o verbo "ser", mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser (Deleuze; Guattari, 1995, p. 36).

Compreende-se que sobrevoar historicamente acontecimentos políticos e sociais é reconhecer o fluxo contínuo dessas ações como parte do meio, possibilitando a aproximação do entendimento não anacrônico dos fatos e galgando contínuas pesquisas.

É que o meio não é uma média; ao contrário, é o lugar onde as coisas adquirem velocidade. *Entre* as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio (Deleuze; Guattari, 1995, p. 36).

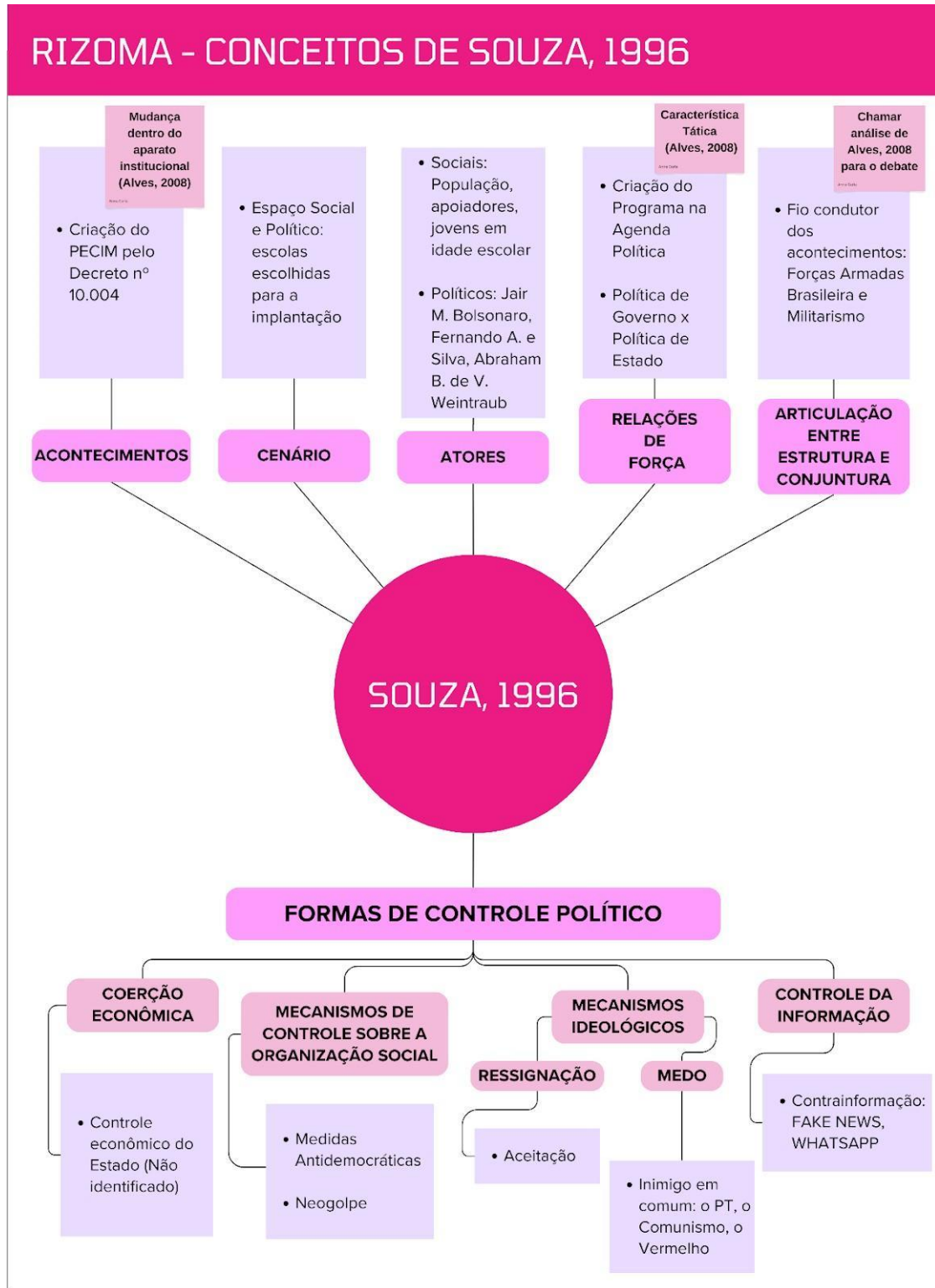
Sendo assim, o rizoma da presente pesquisa pode ser ilustrado na cartografia dos quadros a seguir, nos quais a partir do conceito rizomático de Deleuze e Guattari (1995) procurou-se traçar uma decalcomania desta pesquisa a partir dos referenciais de Alves (2008) e Souza (1996).

Quadro 2 - Rizoma Geral da Pesquisa.



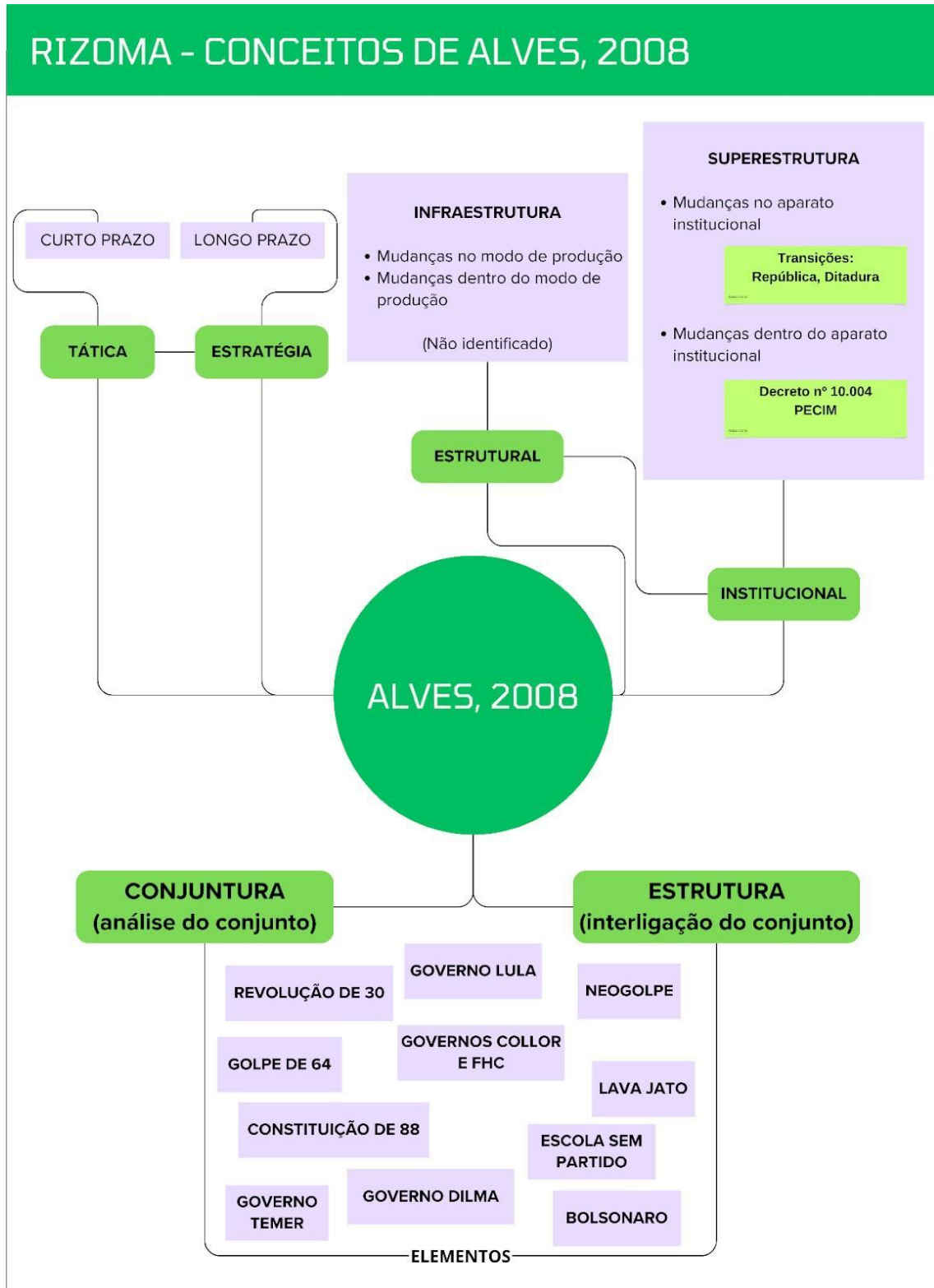
Fonte: A autora.

Quadro 3 - Rizoma A Partir dos Conceitos de Souza (1996) Aplicados ao PECIM.



Fonte: A autora.

Quadro 4 - Rizoma A Partir dos Conceitos de Alves (2008) Aplicados ao PECIM.



Fonte: A autora.

Desta maneira, os esquemas acima ilustrados se apresentam como possibilidades de linhas de construção de pensamento rizomático, referentes a esta pesquisa e apresentadas pelo viés da autora que vos escreve, de forma facilitada e

visual, uma vez que, como apresentado anteriormente, o Rizoma é parte de uma decalcomania.

Portanto, no próximo capítulo uma tentativa de tecer esse rizoma será feita, a fim de apresentar cada conexão e conceito assimilados durante a pesquisa e escrita deste trabalho, almejando esboçar ao leitor alternativas de pensamento relacionados à temática e possibilidades de entendimento e reflexão.

CAPÍTULO 3 – A ANÁLISE DE CONJUNTURA DA CRIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES, O PECIM.

No ano de 2019, assume a presidência do Brasil o até então deputado federal, Jair Messias Bolsonaro, conhecido popularmente por sua visão política sensacionalista de extrema direita:

Com 55,21% dos votos, ou quase 57 milhões de votos, o capitão da reserva, que assume o figurino da extrema direita no poder, conseguiu ‘fuzilar’ seu adversário nas urnas, e sobreviver aos movimentos de repúdio que seu nome suscitou, como o #Elenão, que levou centenas de milhares às ruas no final de setembro (Jiménez, 2018).

Junto ao novo governo, uma série de medidas diretamente ligadas à educação e ao seu ministério, o MEC, foram colocadas em prática, ou com propostas de implementação. Estas medidas destoavam dos governos anteriores no que tangia aos planejamentos educacionais em todas as esferas de ensino, a começar pelo maior corte orçamentário destinado à Educação (Exame, 2022), seguido por uma grande demanda de Projetos de Lei que abordavam ora de forma velada, ora não, o desmonte na área da educação pública brasileira.

O Governo Bolsonaro reduziu em quase R\$ 5 bilhões o orçamento do Ministério da Educação para 2021. Dando prosseguimento ao projeto de desmonte da educação pública brasileira, o governo bloqueou R\$2,7 bilhões do MEC, que podem vir a ser liberados ao longo do ano a depender do limite do teto de gastos, e vetou outros R\$ 2.2 bilhões, que não serão mais distribuídos (ADUnB – Associação dos Docentes da Universidade de Brasília, 2021).

No ensino superior, cortes nas verbas destinadas à pesquisa ocorreram e as universidades federais foram as mais atingidas, além dos demais orçamentos congelados que seriam destinados a esta etapa do ensino. No ensino médio, surgiram propostas de um novo modelo de implantação, no qual as disciplinas das áreas exatas se sobressaem, em detrimento das áreas humanas e sociais. O ensino fundamental, além de enfrentar os cortes aqui já salientados, embarcou em uma pseudo “nova” possibilidade de ensino junto ao modelo de escolarização cívico-militar, no qual a autora se debruçará neste estudo.

Art. 6º O modelo das Ecim¹⁹ é um conjunto de ações promovidas com vistas à gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, com a participação de militares das Forças Armadas, das

¹⁹ Escolas Cívico-Militares.

Polícias Militares e do Corpos de Bombeiros, visando a oportunizar ações destinadas ao desenvolvimento de comportamentos, valores, atitudes e civismo, intentando a formação plena do aluno e seu preparo à cidadania. (Brasil, 2021).

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), foi desenvolvido pelo Ministério da Educação junto ao Ministério da Defesa e das Forças Armadas, a partir do Decreto nº10.004, de 2019, que visa implementar um novo processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas de ensino regular do ensino fundamental e médio no Brasil, com finalidade de promover a melhoria nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, espelhando-se nos colégios militares do Exército, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares.

Para tanto, deve-se retornar e analisar conjuntamente o acontecimento da criação deste programa, o PECIM.

3.1 O ACONTECIMENTO

Retomando a estrutura de Análise de Conjuntura proposta por Souza (1996), toma-se como acontecimento da conjuntura a ser analisada o Decreto Presidencial nº10.004, de 05 de setembro de 2019, que institui a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, com a finalidade de promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio. (Brasil, 2019a).

O decreto de caráter presidencial, também chamado de executivo ou regulamentar, de cunho unilateral²⁰, apresenta uma vez que emitido pelo poder Executivo, como ato administrativo, a função de complementar/regulamentar uma legislação já existente.

O decreto presidencial nº10.004, de 05 de setembro de 2019, cita trechos de leis para apoiar seu conteúdo, como:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º, § 1º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 2º, **caput**, inciso II, e no art. 16 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. (Brasil, 2019a).

²⁰ A descrição unilateral refere-se ao fato da decisão partir de apenas um dos três poderes (Legislativo, Executivo, Judiciário), neste caso o Executivo, a partir da Presidência da República.

Das leis citadas, as duas primeiras especificam os artigos em que se apoiam, sendo apenas a última (Lei nº 13.005 – Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências) usada em sua totalidade. Para tanto, observa-se:

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais. (Brasil, 1996).

Art. 2º O Presidente da República, na condição de Comandante Supremo das Forças Armadas, é assessorado:

II - no que concerne aos demais assuntos pertinentes à área militar, pelo Ministro de Estado da Defesa.

Art. 16. Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República. (Brasil, 1999).

Ambas as leis, nº9.394 e nº13.005, atendem ao âmbito educacional, diferentemente da nº 97, que se refere diretamente às Forças Armadas, apresentando uma confluência, ou uma tentativa, entre educação e militarismo.

3.2 O CENÁRIO

Em 18 de setembro de 2019, o MEC lança um edital de manifestação de interesse público para a adesão popular do PECIM. No documento, é detalhado um passo a passo da consulta pública (Chamamento da comunidade escolar, Audiência de esclarecimento, Audiência de consulta pública e Resultado), que teria prazo final até 27 de setembro do mesmo ano. Este documento apresenta um apanhado da proposta e dos pilares do projeto (Brasil, 2019b).

Em 26 de fevereiro de 2020, a lista com as escolas selecionadas para a implantação do programa é divulgada pelo MEC, detalhando os critérios de escolha, os valores orçamentários e a lista de voluntários que apresentaram interesse no programa (Brasil, 2020).

Deve ser destacado que, ao realizar pesquisas no site do Ministério da Educação no período compreendido entre os fatos anteriores citados, não foi possível encontrar o resultado das consultas públicas aplicadas nas comunidades que demonstraram interesse na adesão do PECIM.

No ano de 2019, primeiro ano de mandato do Ex-Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, foram promulgados 537 Decretos Presidenciais. Dentre eles,

apenas 09 foram destinados ao âmbito educacional, conforme apresentado no quadro 5:

Quadro 5 - Decretos Presidenciais.

Nº do Decreto	Ementa
Decreto nº 10.151, de 2.12.2019 Publicado no DOU de 3.12.2019	Institui o Programa Ciência na Escola.
Decreto nº 10.134, de 26.11.2019 Publicado no DOU de 27.11.2019	Dispõe sobre a qualificação da política de fomento aos estabelecimentos da rede pública de educação infantil no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência
Decreto nº 10.091, de 6.11.2019 Publicado no DOU de 7.11.2019	Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus de Cooperação Educacional, firmado em São Paulo, em 13 de
Decreto nº 10.049, de 9.10.2019 Publicado no DOU de 10.10.2019	Institui o Núcleo Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social.
Decreto nº 10.004, de 5.9.2019 Publicado no DOU de 6.9.2019	Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.
Decreto nº 9.930, de 23. 7.2019 Publicado no DOU de 24.7.2019	Altera o Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura.
Decreto nº 9.910, de 10. 7.2019 Publicado no DOU de 11.7.2019	Altera o Decreto nº 9.305, de 13 de março de 2018, que dispõe sobre a composição e as competências do Conselho de Participação do Fundo Garantidor do Fundo de
Decreto nº 9.908, de 10. 7.2019 Publicado no DOU de 11.7.2019	Altera o Decreto nº 4.877, de 13 de novembro de 2003, para permitir a designação de Diretor-Geral pro tempore de Centro Federal de Educação Tecnológica, de Escola
Decreto nº 9.765, de 11. 4.2019 Publicado no DOU de 11.4.2019 - Edição extra	Institui a Política Nacional de Alfabetização.

Fonte: A autora.

Observa-se que apenas o Decreto nº10.004, aqui explorado, faz alusão às escolas cívico-militares, assim como à presente temática, dando indícios de uma então política de Governo e não de Estado, como será abordado no tópico sobre as relações de forças.

3.3 OS ATORES

Dentro desta categoria, optou-se por destacar dois tipos de atores (subdivisão não proposta por Souza, 1996): os atores políticos, representados pelo poder Executivo, e os atores sociais, representados pelos apoiadores do governo. A distinção entre esses atores reside na natureza de seu envolvimento e influência na esfera pública.

Os atores políticos são indivíduos sociais que participam ativamente do sistema político formal, ocupando cargos governamentais, partidos políticos ou desempenhando papéis decisivos na formulação e implementação de políticas públicas, como no caso do PECIM. Eles operam dentro das estruturas estabelecidas pelo poder político e buscam moldar o curso das decisões governamentais.

Os atores sociais referem-se, de forma mais ampla, aos agentes da sociedade civil, como movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs), comunidades locais e grupos ativistas. Esses atores, embora possam interagir com o sistema político, muitas vezes operam fora das instituições formais. Suas ações

visam transformar a sociedade, frequentemente desafiando estruturas de poder existentes e promovendo mudanças sociais mais amplas.

Os atores políticos identificados nesta pesquisa são o ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e seus ministros da Defesa e Educação, Fernando Azevedo e Silva e Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, que por sua vez, instituíram o Decreto aqui elucidado.

Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, então Ministro da Educação, foi nomeado para o cargo por Jair Messias Bolsonaro em 08 de abril de 2019, no qual permaneceu até 20 de junho de 2020, quando foi exonerado do cargo durante a investigação da polícia federal, por fuga de responsabilidades com a justiça. Weintraub possuía uma carreira como executivo do mercado financeiro e não tinha qualquer formação ou experiência com políticas educacionais antes de ocupar a cadeira de Ministro da Educação.

Abraham Weintraub é economista formado na USP. Dedicou sua vida ao mercado financeiro, como diz sua biografia no currículo. Seu único vínculo com a educação brasileira foi, além de estudante, professor da UNIFESP, começando em 2014, e orientou apenas um aluno durante seu período na instituição (Gabriel, 2019).

Fernando Azevedo e Silva, nomeado para Ministro da Defesa no Governo Bolsonaro, é general de exército do Exército Brasileiro, onde atuou por mais de 40 anos em serviço. Assumiu o cargo em 02 de janeiro de 2019, no qual permaneceu até 29 de março de 2021, quando foi demitido pelo Presidente que o indicou, com a justificativa de ter negado interferir politicamente nas Forças Armadas. Azevedo ressaltou em sua nota de despedida que preservou as Forças Armadas e que agiria apenas dentro dos parâmetros da Constituição Brasileira:

Agradeço ao Presidente da República, a quem dediquei total lealdade ao longo desses mais de dois anos, a oportunidade de ter servido ao País, como Ministro de Estado da Defesa. Nesse período, preservei as Forças Armadas como instituições de Estado.

O meu reconhecimento e gratidão aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e suas respectivas forças, que nunca mediram esforços para atender às necessidades e emergências da população brasileira. Saio na certeza da missão cumprida (Silva, 2021)

Jair Messias Bolsonaro é militar reformado e foi deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro por mais de 20 anos. Formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras e serviu nos grupos de artilharia de campanha e paraquedismo do Exército Brasileiro. Apresentou algumas situações de confronto durante o período, como

críticas ao sistema militar e até mesmo uma prisão. Após migrar para carreira política, ficou conhecido por seu conservadorismo, visão de extrema-direita e militarismo, com forte discurso em defesa da ditadura militar brasileira, características que o acompanharam durante a disputa para presidência da república.

O Brasil se tornou o país que mais recentemente elegeu a extrema-direita e colocou a extrema-direita no poder. [O 'New York Times'] fez uma reportagem sobre isso um pouco antes da eleição sobre como ele seria tratado no Brasil e no resto do mundo, e o tom que foi adotado agora é de que Bolsonaro é um candidato eleito da extrema-direita (UOL, 2018a).

Quanto aos atores sociais deve-se destacar a população apoiadora do governo, especificamente aqui, atores que seriam atingidos pelo programa, a população jovem em idade escolar.

Machado (2003) realizou uma etnografia com jovens desde 2009, analisando a política nesses grupos, destacando alguns acontecimentos, entre eles a polarização política²¹ pós 2013 e o período eleitoral de 2018.

Em seu artigo, a autora destaca que em 2016 um terço dos alunos apresentava interesse na figura do então pré-candidato Jair Bolsonaro, demonstrando gradativo aumento até as vésperas do ano eleitoral:

era raro conhecer um menino que não fosse admirador ou que não pensasse em votar no candidato, o qual se tornou um fenômeno, um símbolo totêmico de identificação juvenil masculina semelhante ao papel que a Nike ou Adidas, por exemplo, desempenhava em tempos de crescimento econômico e apologia governamental ao consumo (Machado, 2003, p. 07).

Um dos fatores que aparenta ser decisivo para a formação de uma juventude bolsonarista foi justamente a perda de protagonismo social e a sensação de desestabilização da masculinidade hegemônica (Machado, 2003, p. 9). A sequência de convulsões políticas no pós 2013 gerou uma sensação de desamparo social que, seguido pelas ocupações secundaristas de protagonismo feminino, tornavam preponderante a iconografia política do candidato, principalmente entre os meninos.

Nenhum adolescente entrevistado defendeu a volta da ditadura, mas achavam importante os valores de “pulso”, “ordem”, “disciplina”, “mão forte” e “autoridade” neste momento de crise nacional. Enquanto todos os meninos se colocaram contra a tortura e a censura, sendo inclusive críticos da ação policial nas comunidades, eles viam na imagem do militar uma forma de “último recurso”, isto é, figurativamente, um pedido de socorro de jovens que já foram tomados pelo desalento (Machado, 2003, p. 10).

²¹ Serão apresentados pontos dessa polarização na sequência.

Mesmo com a aprovação da maioria e o repúdio de outros, identifica-se uma contraposição de ideias e ideais do entendimento político e das propostas de governo, onde:

É possível concluir que o alinhamento das pautas da polarização ideológica acirrada nas redes sociais, não necessariamente se reflete na realidade empírica. Um exemplo disso foi quando os jovens bolsonaristas defenderam veementemente o acolhimento de refugiados africanos e haitianos contra duas pessoas que repudiavam Bolsonaro e achavam que imigrantes tiravam emprego dos brasileiros (Machado, 2003, p. 11).

Sendo assim, não se pode traçar um perfil de apoiadores, nem mesmo afirmar que eles compactuam com todas as propostas e concepções do referido governo. Deve-se atentar ao fato de que parte da comunidade voluntariada para a adesão do PECIM possivelmente não teve o real entendimento da proposta ou ainda interpretou de forma incoerente sua implantação, seja pelo viés da educação ou do militarismo.

3.4 AS RELAÇÕES DE FORÇAS

Bolsonaro, quando ainda candidato à presidência, apresentou algumas promessas de governo na área educacional, tocante a temática do militarismo, seriam elas:

Resgatar a disciplina de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira nas Escolas. (Plano de Governo – Agência Brasil, 2018).

Agora, essas escolas têm que servir de modelo, como no estado do Amazonas, e no estado de Goiás. O que eu pretendo, já que está na minha alçada, não sei, se eu for presidente, é: capital do estado que, porventura, não tenha uma escola, um colégio militar do Exército, nós vamos criar. E o maior colégio militar do Exército será no Campo de Marte, em São Paulo (UOL, 2018b).

Aqui é possível observar que o candidato se refere aos Colégios Militares do Exército, que são excelentes instituições de ensino, com ótimos salários, boas notas no IDEB e no Enem, diferente da proposta das ECIM's, na qual escolas públicas comuns, já precarizadas em infraestrutura, sofrem um processo cívico-militar com vista apenas para as questões de disciplina.

Durante sua campanha, observou-se forte aceitação dos discursos que permeavam a relação militarismo e educação por meio de seus apoiadores e simpatizantes.

O modelo reformado de escolarização dava sinais de uma possível busca por

um novo projeto de identidade nacional, fenômeno também contemplado nos escritos de Bauman (2005)²² acerca das relações entre Estado Nação, e de Carvalho (2002), que apresenta a forte influência militar na construção da identidade nacional brasileira:

Foram as lutas contra inimigos estrangeiros que criaram alguma identidade. No período colonial, a luta contra os holandeses deu forte identidade aos pernambucanos, embora não aos brasileiros. Só mais tarde, durante a guerra contra o Paraguai, os pintores oficiais do Império dedicaram grandes quadros às principais batalhas contra os holandeses, tentando transformá-las em símbolos da luta pela independência da pátria. Mas tratava-se aí de manipulação simbólica, talvez eficiente, mas muito posterior aos fatos. O principal fator de produção de identidade brasileira foi, a meu ver, a guerra contra o Paraguai (Carvalho, 2002, p. 78).

Dentro deste panorama, justifica-se a familiaridade e aceitação da temática que compreende as relações entre Escolarização e Militarização. No tocante ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, a proposta nos exprime reflexões acerca de um projeto que se apresenta em um governo neoliberal e de orientação ideológica conservadora, que não comunga com outros pressupostos de avanços educacionais já conhecidos e validados, como a exemplo das teorias educacionais críticas e pós-críticas da educação. A partir da lógica neoliberal, Neira e Nunes (2009) argumentam que a educação assume papel estratégico:

A reestruturação social buscada pelos ideólogos neoliberais pretende atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o mercado. Trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional. Para isso, é fundamental abortar qualquer modelo de pedagogia e aprendizagem que invista na discussão do social e do político e concentrar esforços na eficiência, eficácia, aquisição e desenvolvimento de conhecimentos com potencial de aplicabilidade (Neira; Nunes, 2009, p.83).

Ao buscar categorizar a demanda da criação do PECIM na literatura da agenda de políticas públicas, pode-se destacar alguns pontos: com base em Cobb e Elder (1983), o programa entraria na agenda Institucional/Formal, de modo que, de

²² A ideia de “identidade”, e particularmente de “identidade nacional”, não foi “naturalmente” gestada e incubada na experiência humana, não emergiu dessa experiência como um “fato da vida” autoevidente. Essa ideia foi *forçada* a entrar na *Lebenswelt* de homens e mulheres modernos – e chegou como uma *ficção*. Ela se solidificou num “fato”, num “dado”, precisamente porque tinha sido uma *ficção*, e graças a brecha dolorosamente sentida que se estendeu entre aquilo que essa ideia sugeria, insinuava ou impelia, e ao *status quo ante* (o estado de coisas que precede a intervenção humana, portanto inocente em relação a esta). A ideia de “identidade” nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia – recriar a realidade é semelhança da ideia (Bauman, 2005, p. 26).

acordo com os mesmos autores, a demanda não atinge as três razões que justificariam sua entrada como problema na agenda: atenção, resolubilidade e competência.

Coadunando com os escritos de Rossi et al. (2004) apud Jannuzzi (2016), não haveria demanda social²³ como problema para criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, constatando aqui uma implementação de política no estilo *top-down*:

O modelo top-down de implementação parte de uma visão funcionalista e tecnicista de que as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política e que a implementação é mero esforço administrativo de achar meios para os fins estabelecidos (Secchi, 2012, p. 47).

Antes mesmo da criação do PECIM, não foram identificadas consultas públicas, debates e audiências públicas sobre o projeto. Havendo apenas uma consulta após o processo para referendar o documento, não ocorrendo uma avaliação prévia para implementação da política. Como ressaltado pela literatura, preza-se, em muito, por um estudo anterior à implementação de qualquer política pública, e isso não aconteceu neste caso.

Verifica-se que a criação do PECIM, como política pública, se instaura a partir de uma janela de oportunidade da conjuntura na qual apresenta-se, sendo possível avaliar sua entrada na agenda como demanda não prioritária de implantação *top-down*. Sendo assim, não foram observadas a necessidade de criação das escolas cívico-militares como demanda social.

À vista disso, o que se pode reconhecer é a criação de um programa que atende as promessas eleitorais de governo do até então presidente Jair Messias Bolsonaro, constatando a criação do PECIM como uma política de Governo e não de Estado, pois o programa não foi pensado como estratégia educacional, mas como característica tática (Alves, 2008) de curto prazo de uma política de governo.

3.5 A ARTICULAÇÃO ENTRE ESTRUTURA E CONJUNTURA

Quando é abordada a historiografia brasileira, são encontradas diferentes linhas de pensamento e concepções de acontecimentos, nada diferente do que se espera de uma temática com tamanha complexidade. Daí a significância de uma

²³ Entendendo o termo aqui como demanda organizada politicamente, não socialmente.

escrita rizomática, que não caracteriza um início histórico concreto, mas sim um ponto de partida para o pensar acerca deste fenômeno.

A partir do conceito institucional²⁴ de Alves (2008), pensando em como se fundamenta a estrutura social que contribui para a emergência deste tema, tomou-se a Revolução de 1930 como representante da mudança no aparato institucional destacada pela literatura (Carvalho, 2002 e Carvalho, 2006) enquanto propulsora na entrada dos militares no cenário político brasileiro.

Com o fim da Primeira República, observa-se uma preocupação da sociedade civil brasileira com a organização política, sobretudo com relação ao enfrentamento das oligarquias, e é nesse contexto que o Exército ganha forças, como instrumento capaz de enfrentar as elites.

Esse governo deveria ser usado para centralizar o poder, combater as oligarquias, reformar a sociedade, promover a industrialização, modernizar o país. Apesar de não ser democrático, o tenentismo era uma força renovadora (Carvalho, 2002, p. 97).

Outra importante mudança no aparato institucional foi a Ditadura Militar Brasileira. O golpe de 1964 foi antecedido por um cenário político civil atuante, havendo mobilização tanto dos apoiadores de direita, quanto dos de esquerda, mas para ambos, a rapidez e eficácia da ação foi surpreendente.

É verdade que todos esperavam algum tipo de golpe. O presidente denunciava o golpe da oposição de direita, que denunciava o golpe do presidente; a esquerda radical, liderada por Brizola e seus Grupos de Onze, denunciava o golpe do presidente e da direita e era acusada por ambos de preparar o próprio golpe. Mas ninguém esperava um desfecho tão rápido. (Carvalho, 2006, p. 119).

Diferente da Revolução de 1930, o Golpe de 1964 não teve apoio popular e sim das elites políticas de direita, para além de tantos outros fatores. Sendo assim, o movimento militar de 1964 marca o auge do poder político militar no Brasil, atrelado as concepções de políticas de direita.

Com o processo de redemocratização iniciado em 1980, culminando com o término da ditadura militar em 1985, o país passa por profundas mudanças significativas dentro do seu aparato institucional, a se destacar a constituição de 1988 como marco da consolidação democrática brasileira. Neste momento, observa-se a perda de forças do militarismo frente à política brasileira, assim como o afastamento

²⁴ Tópico detalhado no Capítulo 2, referente à metodologia do trabalho.

das instituições militares no governo.

No entanto, a transição para a democracia trouxe consigo a necessidade de redefinir o papel das Forças Armadas na sociedade, enfatizando sua subordinação aos princípios democráticos e à autoridade civil. A constituição de 1988 reafirmou os princípios democráticos e estabeleceu limites claros para a atuação militar, garantindo a submissão das Forças Armadas ao controle civil e consagrando a proteção dos direitos humanos.

Ao longo dos anos 1990, durante os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, as Forças Armadas brasileiras foram envolvidas em operações de paz no exterior, contribuindo para a consolidação de uma imagem mais voltada para a cooperação internacional e a estabilização regional. Essa mudança refletiu uma postura menos intervencionista e mais comprometida com os princípios democráticos.

Ainda na década de 1990, ganha destaque Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido como Lula, que emergiu como uma figura proeminente na política brasileira. Fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), com orientação de esquerda, Lula concorreu à presidência em 1994 e 1998, antes de ser eleito em 2002. Seu governo marcou uma mudança significativa, com um foco renovador nas questões sociais e na redução da desigualdade.

Durante os dois mandatos de Lula (2003-2010), o Brasil experimentou um período de crescimento econômico consistente, impulsionado pelo aumento das exportações e a expansão do mercado interno. Programas sociais, como o Bolsa Família, foram implementados para combater a pobreza e promover a inclusão social. Além disso, houve um esforço para aprimorar a cooperação entre as Forças Armadas e outros órgãos do governo no enfrentamento de desafios, como o combate ao crime organizado e a proteção das fronteiras.

Lula concluiu seu segundo mandato em 2010 com altos índices de popularidade e um legado de políticas sociais e econômicas, elegendo Dilma Rousseff como sua sucessora.

Um dos principais aspectos da transição, foi a mudança na condução da política econômica. Dilma Rousseff enfrentou um cenário global instável e desafios internos, incluindo pressões inflacionárias e a necessidade de impulsionar o crescimento econômico. Durante sua gestão adotou medidas para fortalecer a indústria nacional e promover investimentos em infraestrutura, enquanto buscava

manter o equilíbrio fiscal.

No entanto, o período de transição e os primeiros anos do governo Dilma foram marcados por críticas e controvérsias. Esse contexto culminou em protestos populares em 2013, expressando insatisfação com diversos aspectos, como a qualidade dos serviços públicos, a corrupção e a falta de representatividade, como salienta Machado e Freixo (2019):

Pode-se afirmar que o ciclo de manifestações e protestos de rua iniciado em 2013 demonstrou ser a expressão mais visível do esgotamento de um modelo político que começou a se estruturar durante o processo de transição democrática e atingiu o seu auge nos anos Lula (Machado; Freixo, 2019, p. 13).

Esses eventos sinalizaram um ambiente político tenso e indicaram que a transição para o novo governo estava longe de ser tranquila. Nesse momento, a direita incorpora os protestos públicos como ferramenta na aquisição de possíveis vantagens e mudanças dentro do cenário político, utilizando do mecanismo de controle ideológicos, como o medo (Souza, 1996), criando um inimigo em comum: o comunismo, o petismo e o vermelho.

No entanto, apesar da crença na corrupção generalizada do sistema político, a indignação dos que foram às ruas era dirigida quase exclusivamente contra o PT, havendo assim a presença clara de um forte componente antipetista nas manifestações. Essa "indignação seletiva" pode ser explicada pela habilidade das lideranças desses protestos em canalizar o descontentamento generalizado em direção a um único foco (o Partido dos Trabalhadores), por certa blindagem midiática em torno das forças de oposição – favorecendo o discurso recorrente do PT como o "partido mais corrupto da história do Brasil" – e pela disseminação de narrativas formuladas por colonistas de orientação conservadora da grande imprensa e de inúmeras teorias conspiratórias através das redes sociais e de grupos de WhatsApp (Machado; Freixo, 2019, p. 15).

Outra forma de controle foi o da informação, e também contrainformação, contando com o apoio das mídias e grandes grupos detentores do poder nos veículos de informação. Assim, a narrativa dos protestos antes iniciados por diversas insatisfações, toma forma, nome e alvo.

Os mecanismos de controle sobre a organização social tomaram proporção, conforme o judiciário começa a tomar medidas antidemocráticas sob o uso do seu poder:

No quadro geral dessa crise, um fato de grande relevância foi a crescente "politização" do judiciário, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal que, por inúmeras vezes, levou-os à extrapolação de suas funções e à realização de atos e procedimentos considerados ilegais por inúmeros

juristas, no âmbito da Operação Lava-Jato e em outros processos. Garantidos pela blindagem da grande imprensa e pelo apoio de amplos segmentos da sociedade, juízes de primeira instância e procuradores da república vêm sendo recorrentemente acusados de atropelar a ordem jurídica e as garantias constitucionais vigentes em nome de uma lógica “salvacionista”, em que os fins justificariam os meios (Machado; Freixo, 2019, p. 16).

Outro importante ponto neste contexto foi a Operação Lava Jato, desenvolvida pela Polícia Federal, que tinha como objetivo o desmonte nos casos de corrupção, tendo como principal figura o então Juiz Sergio Fernando Moro. Porém, o que se revelou durante os anos de investigação da Lava Jato foram alegações que incluem vazamento seletivo de informações, uso questionável de delações premiadas e questionamentos sobre a imparcialidade de membros da equipe, além do uso indevido do poder, tornando-se, com a ajuda da mídia, uma grande espetacularização da ação penal.

Muitos vazamentos ou operações foram realizados às vésperas de algum ato organizado por organizações assumidamente de direita e contrárias ao Partido dos Trabalhadores, como também em dias-chave para a política brasileira, como por exemplo ao longo do processo eleitoral. A edição da revista *Veja* que foi às bancas na véspera do segundo turno das eleições de 2014 tinha na capa o ex-presidente Lula e a presidenta e candidata Dilma Rousseff com a frase “Eles sabiam de tudo”, em letras vermelhas – cor identificada como PT e a esquerda em geral. A matéria dizia ter tido acesso a um depoimento do doleiro Alberto Youssef – pivô da Lava Jato – à Polícia Federal, que deveria ter preservado o sigilo do documento (Coelho; Mendes, 2020, p. 225).

Outro momento de grande destaque no movimento da operação foi a perseguição política ao ex-presidente, Lula:

No dia 4 de março de 2016, o então juiz Moro, a pedido do Ministério Público, ordenou a condução coercitiva do ex-presidente Lula. Além de ilegal, foi uma operação espetacularizada (Coelho; Mendes, 2020, p. 225).

Ao longo do mandato de Dilma Rousseff, o Brasil enfrentou turbulências políticas e econômicas, culminando no processo de impeachment que a afastou da presidência em agosto de 2016. Esse episódio teve origens complexas, envolvendo acusações de irregularidades fiscais e políticas, e contribuiu para uma polarização política que perdurou nos anos seguintes.

Foi apenas a partir de mudanças ocorridas na estrutura de oportunidades políticas, relacionadas à emergência das revoltas de junho de 2013 e à reeleição de Dilma Rousseff em 2014, que os membros do contra público ultraliberal puderam ter sucesso em alcançar um público mais amplo e vir a dirigir os primeiros protestos pró-impeachment ainda em 2014 (Rocha, 2019, p. 157).

Dado os processos coexistentes no período do impeachment, e até mesmo anteriores a ele, pesquisadores apontam o desenrolar das ações não como um processo democrático, como vendido pela mídia, e sim como um golpe de Estado²⁵, um neogolpe:

As principais características de um neogolpe são o não protagonismo das forças armadas e a manutenção da ordem institucional, ainda que os instrumentos institucionais sejam subvertidos, com vistas a escamotear o caráter golpista do processo e assim ludibriar a opinião pública internacional (Coelho; Mendes, 2020, p. 214).

Ainda pelos mesmos autores, o neogolpe tem como características a ausência do protagonismo das forças armadas e a preservação da ordem institucional, mesmo quando os meios institucionais são desviados para disfarçar a natureza golpista do evento, buscando assim enganar a opinião pública.

Mesmo sem a atuação efetiva das forças armadas no golpe, seu apoio se dá de forma velada, compactuando com o conservadorismo da direita e de seus representantes:

É importante ressaltar que, no processo que culminou no afastamento da Presidenta Dilma Rousseff, as Forças Armadas mantiveram uma aparente neutralidade. Entretanto, levando-se em conta o forte componente conservador nelas existente, tal neutralidade esteve mais para um apoio implícito ao golpe por parte de setores expressivos das FA do que para uma postura de real isenção política (Machado; Freixo, 2019, p. 18).

Logo após o impeachment, assume a presidência o então vice de Dilma, Michel Miguel Elias Temer Lulia, conhecido como Michel Temer (filado ao PMDB), nome cotado como um dos facilitadores do processo do impeachment.

O PMDB, conhecido como um partido de centro e tendo a maior parte da cúpula do chamado “centrão”, foi responsável pela maioria dos votos a favor do afastamento da presidenta Dilma, totalizando 59 votos, seguido pelo PSDB, representante da direita e figura chave na polaridade política, com 52 votos (Agência Brasil, 2016).

Uma das principais características do governo Temer foi a busca por medidas de ajuste fiscal e reformas estruturais, especialmente a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência. Essas propostas enfrentaram resistência significativa por

²⁵ Um golpe de estado pode ser caracterizado como o derrube ilegal de um governo constitucionalmente legítimo por uma facção política, pelas Forças Armadas ou por um ditador. Difere-se de uma revolução popular que visa transformação social.

parte de diversos setores da sociedade.

Além disso, o governo Temer enfrentou diversas denúncias de corrupção e envolvimento em escândalos políticos. O presidente foi alvo de duas denúncias da Procuradoria-Geral da República por corrupção passiva, obstrução de justiça e organização criminosa. Contudo, a Câmara dos Deputados não autorizou o prosseguimento das acusações, o que gerou questionamentos sobre a eficácia do sistema político brasileiro no combate à corrupção, visto a grande repercussão da Lava Jato.

Quanto ao comportamento das forças armadas nesse período, observa-se discreta aparição no cenário político novamente, uma vez que o governo vigente volta a conceder determinados privilégios e favorecimentos a este setor:

Neste sentido, o governo Michel Temer, com seus baixíssimos índices de popularidade, procurou manter o apoio dos quartéis através de inúmeras concessões, tais como a aprovação de aumentos salariais para os militares – apesar do congelamento dos gastos públicos – e a sua exclusão do polêmico projeto de reforma da previdência, além da aprovação, pela base governista no congresso, de medidas de interesse das FA, como a lei que estabeleceu que os crimes de morte contra civis cometidos por seus integrantes no decorrer de operações GLO sejam julgados por tribunais militares e não civis, garantindo assim certa “imunidade” para si em operações de ocupação de comunidades ou mesmo na repressão a protestos de rua (Machado; Freixo, 2019, p. 19).

Durante todo o período entre as manifestações de 2013 e o término do governo Temer, Jair Bolsonaro teve sua ascensão de popularidade, como um fenômeno complexo e multifacetado que refletiu mudanças significativas na sociedade brasileira. Durante esse período, o país passou por uma série de eventos políticos, econômicos e sociais que moldaram a percepção dos eleitores e contribuíram para a ascensão do então deputado federal.

Em 2013, nas chamadas "Jornadas de Junho", que abordaram uma série de questões, incluindo corrupção, má administração pública e serviços sociais precários, destacaram um crescente descontentamento da população com a classe política tradicional, abrindo espaço para figuras que se apresentavam como *outsiders*.

Nesse contexto, Jair Bolsonaro, um militar da reserva conhecido por suas posições conservadoras e discursos polêmicos, começou a ganhar visibilidade. Sua atuação na Câmara dos Deputados, onde se destacava por suas opiniões firmes e

sua postura *antiestablishment*²⁶, chamou a atenção de uma parte significativa da população, que não se sentia representada politicamente.

À medida que o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff avançava em 2016, Bolsonaro consolidava sua imagem como um defensor da ordem e da "moralidade" política. Sua retórica nacionalista, críticas à esquerda e promessas de combate à corrupção ressoaram entre os eleitores que buscavam uma mudança radical na condução do país.

No âmbito educacional, compactuava com ideias e movimentos como o Escola sem Partido, que posteriormente ganhou forças em seu governo. O movimento criado em 2004 era caracterizado por uma defesa pela educação escolar neutra, entretanto o mesmo, se tornou uma ferramenta antidemocrática, de ataque aos ideais críticos da educação.

O Escola sem Partido é um representante dos grupos conservadores brasileiros que se inserem no debate político pela disputa de um projeto de sociedade antagônico à democracia, em favor da racionalidade neoliberal e neoconservadora, estruturante do discurso do Movimento, em oposição aos projetos de construção democrática que esboçaram relativo crescimento durante as últimas três décadas (Toniol, p. 104, 2022).

A eleição de 2018 foi marcada por um cenário político polarizado, onde Bolsonaro representou uma opção de extrema direita e Fernando Haddad surgiu como representante da esquerda, pelo PT, uma vez que Lula não poderia disputar as eleições:

TSE decide por 6 votos a 1 rejeitar a candidatura de Lula a presidente. Ministros consideraram o petista inelegível com base na Lei da Ficha Limpa. PT terá 10 dias para substituir candidato. Defesa poderá recorrer ao próprio TSE ou ao STF (Ramalho; Oliveira, 2018).

Sua campanha se destacou pelo uso intensivo das redes sociais, explorando a insatisfação generalizada, utilizando principalmente do WhatsApp como ferramenta para propagação de *fake news*²⁷.

Ademais, sabemos que ao longo da história boa parte dos golpes de Estado buscaram se legitimar em algum traço de institucionalidade, mas que também os protagonistas desses mesmos golpes buscaram a criação de uma nova institucionalidade, com o intuito de legitimar e proteger os novos governos que acabaram de ser formados (Coelho; Mendes, 2020, p. 216).

²⁶ Adjetivo em inglês utilizado para designar indivíduo, grupo ou ideia contrária as instituições oficiais, sejam elas políticas, econômicas ou sociais. Tradução literal: "contra a ordem estabelecida".

²⁷ Termo em inglês referente a "notícias falsas", boatos e desinformações.

A vitória de Bolsonaro nas eleições refletiu, em parte, o desejo de uma parcela da sociedade por uma liderança forte, combativa e distante das práticas políticas convencionais. No entanto, sua ascensão também gerou preocupações devido ao seu estilo autoritário e às suas posições controversas em temas como direitos humanos, meio ambiente e diversidade.

Neste sentido, o bolsonarismo é aqui entendido como um fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro, e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos “valores tradicionais” e assume uma retórica nacionalista e “patriótica”, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo (Machado; Freixo, 2019, p. 21).

Após assumir a presidência da república, Bolsonaro manteve uma gestão controversa no que diz respeito à educação. Desde o início de seu mandato, houve uma série de mudanças e polêmicas que afetaram profundamente o setor educacional no Brasil, como destacado no início deste capítulo.

Outro marco de destaque em sua postura frente a educação, foi o endossamento aos ataques à Paulo Freire, expoente da Pedagogia Crítica no Brasil e no mundo, tendo sido nomeado patrono da educação brasileira no governo PT, que se transformou no estandarte de ódio da parcela conservadora dos apoiadores do governo Bolsonaro.

O presidente Jair Bolsonaro chamou nesta segunda-feira (16) de “energúmeno” o educador Paulo Freire, patrono da educação brasileira, e declarou que a programação da TV Escola “deseduca” (Mazui, 2019).

Durante o governo de Bolsonaro, a postura das Forças Armadas Brasileiras foi objeto de muita discussão e controvérsia. O ex-presidente foi capitão do Exército e trouxe para seu governo uma relação estreita com as Forças Armadas, promovendo generais para cargos-chave em seu governo, a exemplo maior de seu Vice, Antônio Hamilton Martins Mourão, general do Exército.

Essa proximidade também gerou preocupações sobre a politização das Forças Armadas e seu papel na democracia brasileira. Houve casos em que militares ocuparam cargos civis, como ministérios e secretarias, o que levantou questões sobre a separação entre as esferas civil e militar do governo. A presença militar foi valorizada em diversas áreas da administração pública, com destaque aqui para a educação, por meio do PECIM (Rede Brasil Atual, 2021).

Além disso, as declarações públicas de Bolsonaro e de alguns militares de alto

escalão também geraram polêmica. Em diversas ocasiões, Bolsonaro fez declarações elogiando a ditadura militar e desafiando princípios democráticos.

Em um discurso no Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro defendeu os presidentes da ditadura militar que governou o Brasil de 1964 a 1985. Ele também defendeu o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por participar de atos antidemocráticos e ataques às instituições. (...) "Todos aqui tinham direito, deputado Daniel Silveira, de ir e vir, de sair do Brasil, de trabalhar, de constituir família, de estudar, como muitos aqui estudaram naquela época", continuou Bolsonaro. (...) "Quem esteve no governo naquela época fez a sua parte. O que seria do Brasil sem obras do governo militar? Não seria nada, seríamos uma republiqueta", completou (Mazui; Rodrigues, 2022).

No entanto, do ponto de vista corporativo, as Forças Armadas Brasileiras, em grande maioria, mantiveram uma postura institucional e respeitaram os princípios democráticos durante o governo do ex-presidente.

De forma geral, a relação entre Bolsonaro e as Forças Armadas (FA) durante seu governo foi marcada por uma postura geralmente alinhada, embora as FA tenham procurado manter uma imagem de neutralidade política. Essa proximidade gerou controvérsias e preocupações, além de inúmeros outros episódios que envolviam as FA na política, até o final de seu mandato.

3.5.1 O PECIM, Para Onde Caminha?

Das escolas voluntárias escolhidas para a implantação do PECIM, conforme quadro 6, alguns dados foram extraídos.

Quadro 6 - Lista de Escolas Escolhidas para Implantação do Projeto Piloto do PECIM.

(continua)

Região Norte – 18 escolas
Acre:
Cruzeiro do Sul: Escola de Ensino Fundamental e Médio Madre Adelgundes Becker.
Senador Guimard - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 15 de junho.
Amapá:
Macapá: Escola Estadual Antônio Ferreira Lima Neto e Escola Estadual Prof. Antonio Munhoz Lopes.
Amazonas:
Manaus: Escola Estadual Professor Nelson Alves Ferreira, Escola Estadual Professora Tereza Siqueira Tupinambá e Escola Estadual Professor Reinaldo Thompson.
Pará:
Ananindeua: EEEM Prof. Francisco Paulo do Nascimento Mendes
Belém: EEEFM Maestro Waldemar Henrique da Costa Pereira e Liceu Escola de Artes e Ofícios Mestre Raimundo Cardoso
Santarém: EE José de Alencar
Paragominas: Escola Estadual de Ensino Médio Presidente Castelo Branco
Rondônia:
Porto Velho: EEEFM Ulisses Guimarães
Roraima:
Boa Vista: Escola Estadual Fagundes Varela
Caracará: Escola Estadual Sebastião Benício da Silva

Quadro 6 - Lista de Escolas Escolhidas para Implantação do Projeto Piloto do PECIM.

(continuação)

Tocantins:
Gurupi: Escola Estadual Hercília Carvalho da Silva
Palmas: Escola Estadual Maria dos Reis Alves Barros
Paraíso: Escola Estadual José Operário
Região Nordeste – 7 escolas
Bahia:
Feira de Santana: Escola Municipal Quinze de Novembro
Ceará:
Sobral: EEFM Ministro Jarbas Passarinho
Maracanaú: EEFM Tenente Mário Lima
Maranhão:
São Luís: Unidade Integrada Duque de Caxias
Paraíba:
João Pessoa: Caixa Escolar Chico Xavier
Pernambuco:
Jaboatão dos Guararapes: Escola Municipal Natividade Saldanha
Rio Grande do Norte:
Natal: Escola Municipal Professor Verissimo de Melo
Centro-Oeste – 11 escolas
Distrito Federal:
Santa Maria: Centro Educacional 416 de Santa Maria
Gama: Centro de Ensino Fundamental 05 do Gama

Quadro 6 - Lista de Escolas Escolhidas para Implantação do Projeto Piloto do PECIM.

(continuação)

Goiás:
Águas Lindas de Goiás: Colégio Estadual de Águas Lindas
Novo Gama: Colégio Estadual Céu Azul Valparaíso de Goiás
Luziânia: Colégio Estadual Maria Abadia Meireles Shinohara
Santo Antônio do Descoberto: CAIC José Elias de Azevedo
Mato Grosso:
Cuiabá: Escola Estadual Salim Felício e Escola Professora Maria Dimpina Lobo Duarte (6º ao 9º ano)
Mato Grosso do Sul:
Corumbá: Escola Municipal José de Souza Damy
Campo Grande: Escola Estadual Professor Alberto Elpidio Ferreira Dias (Prof. Tito) e Escola Estadual Marçal de Souza Tupã Y
Região Sudeste – 5 escolas
Minas Gerais:
Belo Horizonte: Escola Estadual Princesa Isabel
Ibirité: Escola Estadual dos Palmares
Barbacena: Escola Municipal Embaixador Martim Francisco
Rio de Janeiro:
Rio de Janeiro: 3ª CRE
São Paulo:
Campinas: EMEF Profa. Odila Maia Rocha Brito
Região Sul – 13 escolas
Paraná:
Curitiba: Colégio Estadual Beatriz Faria Ansay

Quadro 6 - Lista de Escolas Escolhidas para Implantação do Projeto Piloto do PECIM.

(conclusão)

Colombo: Colégio Estadual Vinícius de Moraes
Foz do Iguaçu: Colégio Estadual Tancredo de Almeida Neves
Londrina: Colégio Estadual Profª Adelia Barbosa
Rio Grande do Sul:
Alvorada: Escola Est. de Ensino Médio Carlos Drummond de Andrade
Caxias do Sul: Escola Estadual de Ensino Médio Alexandre Zattera
Alegrete: Instituto Estadual Osvaldo Aranha
Bagé: Escola Municipal Cívico Militar de Ensino Fundamental São Pedro
Uruguaiana: EMEF Do Complexo Escolar Elvira Ceratti – CAIC
Santa Catarina:
Biguaçu: EEB Emérita Duarte Silva e Souza
Palhoça: EEB Prof. Ângelo Cascaes Tancredo
Chapecó: EEB Professora Irene Stonoga
Itajaí: Escola Básica Melvin Jones.

Fonte: MEC (2020)

Analisando o número de escolas por região, equivalente ao número de estados, observa-se que a proporção de aceitação se dá em maioria pelos estados do Sul, em primeiro lugar com 13 escolas (com média de 4,33 por estado); Centro-Oeste, em segundo lugar com 11 escolas (com média de 2,75 por estado + Distrito Federal); Norte, em terceiro lugar com 18 escolas (com média de 2,5 por estado); Sudeste, em quarto lugar com 5 escolas (com média de 1,25 por estado) e Nordeste, em quinto lugar com 7 escolas (com média de 0,77 por estado).

Não coincidentemente, o Sul foi a única região onde todos os estados mantiveram as escolas, mesmo depois da extinção do programa após a transição de governo Bolsonaro para o Governo Lula (3º mandato).

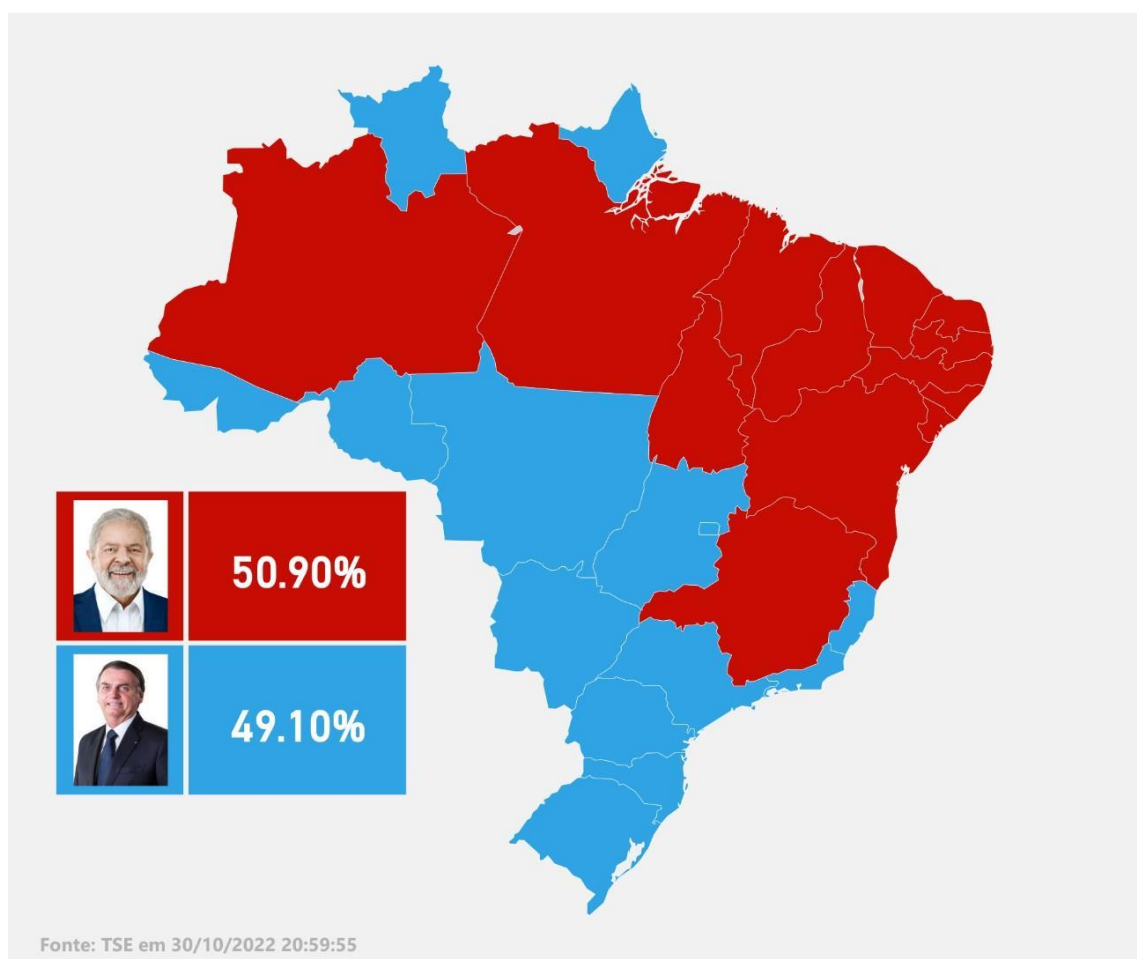
O governo Lula (PT) vai encerrar o Pecim (Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares), um dos principais pilares do MEC na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). As escolas serão reintegradas ao formato regular. (Satie; Bimbati, 2023).

O governo federal vai encerrar o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) instituído em 2019, uma das principais propostas da Educação durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). (CNN Brasil, 2023).

Outros estados como Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Amapá, Tocantins, Acre, Paraná e Minas Gerais também mantiveram suas escolas cívico-militares. A região Nordeste, com menor índice de aceitação, foi a única a extinguir de fato as escolas do programa (O Globo, 2023).

Quando se analisa o mapa (vide quadro 6) do resultado eleitoral por região da eleição de 2022, é possível observar que a maioria dos estados que aderiram ao programa, assim como aqueles que mantiveram as escolas mesmo depois do fim do PECIM, foram também os que mais votaram no candidato Bolsonaro, assim como a região nordeste, com menor adesão e encerramento total do programa, têm sua totalidade dos votos no candidato Lula.

Quadro 7 - Resultado das Eleições de 2022 por Região do Brasil.



Fonte: UOL, 2022c.

Dados como esse convergem para o que foi apontado anteriormente, sendo o PECIM uma política de Governo e não de Estado. Com a sua demanda, implantação, aceitação e estrutura de princípios educacionais não compactuantes com teorias críticas, mostram uma política que visava apenas agradar seus eleitores e apoiadores, sem de fato haver uma postura de melhoria no sistema educacional.

No Paraná, estado da região com maior adesão ao programa e também estado da qual a instituição UEPG²⁸ pertence, o incentivo à continuação do programa tem tido apoio do governo do estado, assim como de algumas prefeituras municipais, além de uma propaganda intensa nas redes sociais²⁹.

O governador do estado, Carlos Roberto Massa Júnior, conhecido como Ratinho Junior, do PSD, que foi aliado no mandato de Bolsonaro, manteve o programa mesmo depois da extinção a nível federal e ainda buscou incorporar mais

²⁸ Universidade Estadual de Ponta Grossa.

²⁹ Material disponível no anexo A.

escolas ao programa.

Entre novembro e dezembro de 2023, foi instaurada a Resolução n.º 8.571/2023 – GS/Seed, que regulamentava o processo de consulta pública à comunidade escolar para continuação e aumento das escolas cívico-militares no estado (Brasil, 2023). Com a aprovação da comunidade, mais 82 escolas foram militarizadas, tornando o estado com o maior número de escolas cívico-militares no país, totalizando desde o início do programa em 2019, até o final de 2024, 206 colégios, com 121 mil alunos, estando ainda em espera uma nova consulta para o aumento de mais 127 escolas, atingindo mais 80 mil alunos (Paraná, 2024).

Ao ingressar no site do governo do estado, na página referente às escolas cívico-militares (vide quadro 7), observam-se links de acesso aos documentos oficiais do programa, entretanto, quando houve tentativa de visualizar o acesso a esses documentos³⁰, páginas de erro de servidor ou acesso negado (vide quadros 8, 9 e 10) apareceram, impossibilitando o alcance e aprofundamento.

Quadro 8 - Página do Site do Governo do Estado do Paraná Referente às Escolas Cívico-Militares.



Fonte: Paraná, 2024.

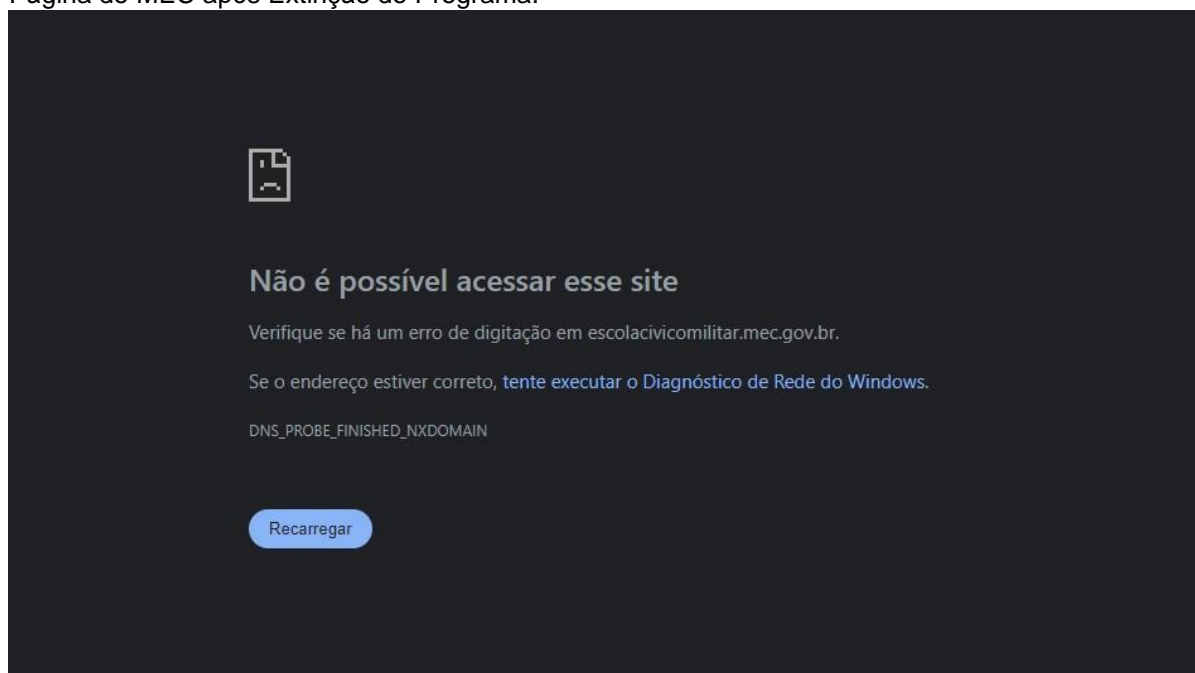
³⁰ Com exceção dos documentos de Regimento e Manual de implantação.

Quadro 9 - Página do Site do Governo do Estado do Paraná Referente às Instituições que Passaram por Consulta Pública das Escolas Cívico-Militares.



Fonte: Paraná, 2024.

Quadro 10 - Página do Site do Governo do Estado do Paraná Referente aos Dados do PECIM na Página do MEC após Extinção do Programa.



Fonte: Paraná, (2024).

Quadro 11 - Página do Site do Governo do Estado do Paraná Referente às Diretrizes do PECIM a Nível Estadual.



O arquivo que você solicitou não existe.

Verifique se o URL está correto e se o arquivo existe.

Faça tudo o que você precisa fazer com o Google Drive

Os aplicativos do Google Drive facilitam a criação, o armazenamento e o compartilhamento de documentos, planilhas e apresentações on-line e muito mais.

Saiba mais em drive.google.com/start/apps.

Fonte: Paraná. 2024.

O questionamento aqui suscitado, de “para onde caminha o PECIM?”, enveredou por maiores indagações. Quais os interesses dos governos de estados, como o do Paraná, em continuar o programa mesmo após sua extinção? O que explica o movimento inverso, dos âmbitos estaduais irem contra decisões federais? Interesses políticos? Políticas de Governo ou Políticas de Estado? A presente pesquisa não comporta a dimensão do tema, mas deixa em aberto o rimoza, para que, em união, seja possível construir a ciência em prol de um único objeto em comum, a Educação Pública de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando esta pesquisa foi iniciada, há dois anos, o Norte sempre foi o estudo do PECIM. Entretanto, visando uma pesquisa de campo, para que fosse possível observar na prática como o projeto vinha se desenvolvendo nas escolas que incorporaram o programa.

Em 2022, o Brasil saía lentamente de um cenário pandêmico no qual escolas e universidades, incluindo a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), ainda ministravam aulas no formato remoto, assim como o acesso aos órgãos institucionais e educacionais se limitava ao contato online, trazendo lentidão a alguns procedimentos de pesquisas de campo.

No mesmo ano o país passaria por eleições presidenciais, que dado o cenário nacional e alguns aspectos abordados inclusive neste trabalho, pode-se imaginar a atmosfera que se formava no âmbito político. Sendo esta pesquisa alocada no campo das ciências sociais, na linha de pesquisa em história, cultura e cidadania, com viés interdisciplinar, seria imprescindível não adentrar neste campo.

Com o caminhar do estudo deparamo-nos com as limitações da própria pesquisa de campo, como por exemplo: a dificuldade de acesso à essas escolas para fins de pesquisa acadêmica, a aceitação da comunidade e a participação principalmente dos funcionários, sendo eles os militares atuantes nessas escolas, por não compactuarem com o formato de pesquisa acadêmica de campo, ou mesmo pelos professores e agentes educacionais, por medo de represálias.

Foi observado que pesquisar a presente história, aquela que se construía diariamente no cotidiano dessas escolas, era de difícil acesso simultâneo, não por falta de ferramentas de pesquisa, mas pelo peso do fenômeno estudado, que trazia consigo uma bagagem de medo, insegurança, perigos e incertezas.

Optou-se então pela pesquisa documental, mas ainda assim, com a liberdade da criticidade que exige o tema. Sendo assim, a presente pesquisa buscou apresentar uma análise conjuntural acerca da criação do PECIM, a fim de esboçar um rizoma do fenômeno historicamente, dentro da temporalidade de sua criação até a sua extinção, assim como suas raízes no militarismo brasileiro. Justificando a necessidade da pesquisa por sua atualidade no cenário educacional brasileiro, fenômeno o qual ainda apresenta movimentos e relevância sociopolítica.

Ao decorrer do estudo observou-se que o governo Bolsonaro teve influência significativa do militarismo em diversas áreas de atuação política, econômica, social e educacional. Desde sua campanha eleitoral em 2018, Jair Bolsonaro trouxe consigo uma retórica e uma postura militar, prometendo uma abordagem rígida e autoritária para lidar com questões de segurança pública e política externa.

Essa presença militar no governo foi notada não apenas nas nomeações, mas também nas políticas adotadas, como no caso específico do PECIM, que refletem uma mentalidade de segurança nacional e uma preferência por soluções de cunho autoritário e disciplinar, mas que na prática de nada agregam ao campo que são aplicados, como aqui, no caso pedagógico e educacional.

Essa influência do militarismo no governo Bolsonaro foi, e tem sido ainda hoje, objeto de críticas por parte da sociedade civil, que defende a democracia e os direitos humanos, que vendo com preocupação o aumento do poder das Forças Armadas e a militarização do Estado brasileiro, principalmente no âmbito educacional, o que representou um retrocesso para a consolidação democrática do país nesta seara. Escola não é quartel e criança não é soldado!

No entanto, para os apoiadores e simpatizantes de Bolsonaro, essa presença militar nas escolas é vista como uma garantia de ordem e disciplina, elementos considerados essenciais e morais para enfrentar os desafios que o Brasil passa em termos de segurança e desenvolvimento. É o afamado MILITARIZAR PARA MORALIZAR!

Em suma, a herança militarista brasileira, que foi despertada no governo Bolsonaro, é um fenômeno complexo e perigoso que tem impactado em diversas áreas da política brasileira, suscitando debates sobre os limites do poder militar e as ameaças à uma democracia ainda jovem, reerguida após o Golpe de 64 e muitíssimo ferida no Neogolpe.

Verificou-se, então, que a criação do PECIM como política pública se instaura a partir de uma janela de oportunidade da conjuntura na qual se apresentava, viesada por concepções morais de uma herança militarista, se mostrando como uma política de Governo e não de Estado. Desde sua demanda, implantação, aceitação e estrutura de princípios educacionais não compactuantes com teorias críticas anteriormente validadas, o PECIM mostra-se um projeto que visava apenas agradar apoiadores e eleitores do governo na qual foi criada.

Entende-se que o presente estudo não é capaz de abarcar toda a complexidade do fenômeno estudado, mas deixa sua marca como ferramenta do pensar, do refletir, do construir, do desconstruir. A pesquisa ofereceu como principal contribuição o rizoma construído a partir da análise da criação do PECIM, que pode ser investigado como uma decalcomania, aberto em qualquer ponto, sem ter estrutura fixa, se constituindo por diversas dimensões, podendo se romper e se reconectar a tantos outros pensares do fazer pesquisa.

Assim também, compreende-se que o estudo não se encerra aqui, mas se abre como possibilidade de um ir além, de investigar aquilo que foi possível no espaço tempo, aquilo que ainda pode ser extraído, pensar o fenômeno na esfera estadual e nos cenários que mantiveram o PECIM. Por que o fizeram? Quais seus reais objetivos? Deve-se continuar através da pesquisa acadêmica a luta pela Educação Pública Brasileira.

REFERÊNCIAS

ADUNB – Associação dos Docentes da Universidade de Brasília. **Educação é a área mais atingida pelos cortes de Bolsonaro**. 28 abr. 2021. Disponível em: <https://adunb.org/conteudo/1520/educacao-e-a-area-mais-atingida-pelos-cortes-de-bolsonaro>. Acesso em: 06 dez. 2022.

ADURN SINDICATO. **Perseguição do governo Bolsonaro reduziu a liberdade acadêmica no Brasil**. Apub-Sindicato. 03 fev. 2023. Disponível em: <https://www.adurn.org.br/midia/noticias/16954/perseguiacao-do-governo-bolsonaro-reduziu-a-liberdade-academica-no-brasil>. Acesso em: 19 fev. 2024.

ADURN SINDICATO. **Universidades públicas produzem 99% da ciência do Brasil**. Apub-Sindicato. 07 dez. 2021. Disponível em: <https://www.adurn.org.br/midia/noticias/15209/universidades-publicas-produzem-99-da-ciencia-do-brasil>. Acesso em: 25 fev. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Impeachment de Dilma**: saiba como votou cada um dos partidos na Câmara. 18 abr. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/impeachment-de-dilma-saiba-como-votou-cada-um-dos-partidos-na-camara>> Acesso em: 15 jan. 2022.

ALMEIDA, N. C. S. **A atuação do assistente social na rede pública de educação básica em tempos de avanço do conservadorismo**. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11672329. Acesso em: 03 jan. 2024.

ALMEIDA, R. M. **A invenção e a destruição do trabalhismo**: análise da conjuntura da (des)regulação do trabalho no Brasil e seus impactos na cidadania brasileira. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11516325. Acesso em: 23 fev. 2024.

ALVES, J. E. D. Análise de conjuntura: teoria e método. **APARTE–Inclusão Social em Debate**, Rio de Janeiro, p. 1-11, 2008. Disponível em: http://ftmrs.org.br/arquivos/file_512ff95260e4c.pdf. Acesso em: 02 nov.. 2023.

ARAUJO, R. M. **Análise da conjuntura atual, desafios e oportunidades do uso do controle biológico no manejo de resistência de pragas às plantas geneticamente modificadas de algodão, milho e soja com tecnologia BT no Brasil**. 2022. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Escola de Economia de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11516325

[wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11533892](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11533892). Acesso em: 23 fev. 2024.

AREND, K. P. **Violência, punitivismo e criminalização da pobreza: as raízes do Estado Penal à brasileira**. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8154499. Acesso em: 23 fev. 2024.

ARGOLLO, A. C. A. M. **Direito à Educação Superior no Brasil: um olhar a partir do perfil de concluintes e do desempenho dos beneficiários de políticas de ação afirmativa no Enade (2018)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências, Artes e Letras, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2022. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11765876. Acesso em: 23 fev. 2024.

AZEVEDO, J. R. **O dispositivo discursivo em processos de criminalização: uma análise cartográfica do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – PECIM**. 2023. Tese (Doutorado em Letras) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13853782. Acesso em: 03 jan. 2024.

AZEVEDO, M. C. **Neoconservadorismo e o recrudescimento da intolerância política na era da pós-verdade: análise do discurso de ódio da extrema-direita brasileira no Facebook durante as eleições de 2018**. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens.) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9527747. Acesso em: 23 fev. 2024.

BARBOSA, K. M. F. **Estudo comparativo da eficiência dos colégios militares e das escolas de aplicação: uma análise de benchmark no contexto de implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11161325. Acesso em: 03 jan. 2024.

BARBOZA, E. M. O. **Quando não há acontecimento: a defesa contra os efeitos do real ALAGOAS 2020**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11161325

[wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9516061](#). Acesso em: 23 fev. 2024.

BARRETO, M. A. **Educação em Direitos Humanos e militarização de escola pública em Águas Lindas em Goiás: uma análise a partir da escuta de estudantes.** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie/wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13723985. Acesso em: 03 jan. 2024.

BARROS, A. L. A. **Educar para continências ou para contingências? Práticas e sentidos de cidadania na escola cívico-militar.** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Sul de Santa Catarina. 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie/wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11339683. Acesso em: 03 jan. 2024.

BAUMAN, Z. **Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BONALUME, C. R. **O lazer das mulheres na mesa de negociações: cartografando o lazer em movimentos sociais de mulheres brasileiras.** 2020. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie/wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10601310. Acesso em: 23 fev. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 05 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Secretaria Geral da Presidência da República**, Brasília, 05 set. 2019a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm> Acesso em: 18 mai. 2023.

BRASIL. Lei complementar nº 97, de 09 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Casa Civil**. Brasília, 09 jun. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%2097%2C%20DE%20JUNHO%20DE%201999&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20normas%20gerais,o%20emprego%20das%20For%C3%A7as%20Armadas.&text=Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico> Acesso em: 18 mai. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.349, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Casa Civil**. Brasília, 20 dez, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 18 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Consulta pública das escolas cívico-militares: saiba o que é importante para aderir ao modelo.** 2019b. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/80441-consulta-publica-das-escolas-civico-militares-saiba-o-que-e-importante-para-aderir-ao-modelo>>

Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola Cívico Militar**. 2024. Disponível em: <<https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saiba quais são as 54 escolas que receberão o modelo cívico-militar do MEC**. 2020. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/85831-saiba-quais-sao-as-54-escolas-que-receberao-o-modelo-civico-militar-do-mec>> Acesso em: 12 jan.

2022.

BRASIL. Portaria nº 852, de 28 de outubro de 2021. Regulamenta a certificação das Escolas Cívico-Militares que adotam o modelo do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim. **Diário Oficial da União**. Brasília, 28 out. 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-852-de-28-de-outubro-de-2021-355830493>> Acesso em: 18 mai. 2023.

BRASIL. Resolução nº 8.571, de 01 de dezembro de 2023. Regulamenta o Processo de Consulta Pública à Comunidade Escolar para a implementação do Programa Colégios Cívico-Militares do Paraná. **Diário Oficial da União**. Brasília, 01 dez. 2023. Disponível em:

<<https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?action=pgLocalizar&enviado=true&dataInicialEntrada=04/12/2023&dataFinalEntrada=04/12/2023&numero=11554&diarioCodigo=3&submit=Localizar>> Acesso em: 19 fev. 2024.

BRITO, A. X; LEONARDOS, A. C. A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.113, p.7-38 jul. 2001.

BUENO, B. N. F. **O modelo cívico-militar como política educacional à luz da constituição federal de 1988**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, São Paulo, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10910361 . Acesso em: 03 jan. 2024.

BULHÕES, D. B. **Tecendo os fios em juta: histórias e memórias da Companhia União Manufatora de Tecidos**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8869576 . Acesso em: 23 fev. 2024.

BULMER, M. **The Chicago School of sociology: institutionalization, diversity, and the rise of sociology research**. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

CAMARA, L. S. **Educação Física Escolar para os alunos público- alvo da educação especial nas escolas cívico-militares do estado de Roraima**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11389686. Acesso em: 03 jan. 2024.

CAMARINHA, I. C. **Longa duração, sistema mundo moderno capitalista, tempo espaço cíclico-ideológico e a natureza do declínio da hegemonia americana: contribuições para uma análise da conjuntura**. 2020. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true & id_trabalho=10477030. Acesso em: 23 fev. 2024.

CAPEL. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

CARLINI, E. R. **Da resistência às conquistas: mulheres assentadas e a busca por autonomia**. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente) - Universidade de Araraquara, Araraquara, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9711198. Acesso em: 23 fev. 2024.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CERQUEIRA, M. D. S. R. **Formação continuada em gênero de profissionais da educação básica no Distrito Federal**. 2020. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9694249. Acesso em: 03 jan. 2024.

CHAVES, V. A. **Spínola, “Portugal e o futuro”**: e a utópica comunidade luso afro brasileira. 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10206356. Acesso em: 23 fev. 2024.

CHEROBIN, F. F. **Os cursos de nível médio em áreas de reforma agrária: limites**

e possibilidades na formação dos jovens. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9887733. Acesso em: 23 fev. 2024.

CNN BRASIL. **Governo Lula encerra programa de escolas cívico-militares criado por Bolsonaro**. 12 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/governo-lula-encerra-programa-de-escolas-civico-militares-criado-por-bolsonaro/>. Acesso em: 01 mar. 2024.

COBB, R. W; ELDER, C. D. **Participation in American politics: the dynamics of agenda-building**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.

COELHO, A. L; MENDES, M. A sofisticação do neogolpismo: dos protestos de 2013 à destituição de Dilma Rousseff. **Revista Sul Global**, v.1, n.1, p.212-232. 2020.

CORDEIRO, D. P. M. **A carreira docente como instrumento de valorização na rede municipal de ensino de Piraquara/PR**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10683498. Acesso em: 23 fev. 2024.

COSTA, R. A. **Ecumenismo e democracia: a contribuição teológica e democrática do ecumenismo de serviço no Brasil**. 2020. Tese (Doutorado em Teologia) - Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9156545. Acesso em: 23 fev. 2024.

COSTA, R. **Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares: concepções, regulação e nuance da implantação numa escola pública da rede municipal de Natal**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12126347. Acesso em: 03 jan. 2024.

CUTY, J. A. **A circulação do senso comum e os deslocamentos de sentido nos discursos de professoras**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11084660. Acesso em: 23 fev. 2024.

Da Ascom, Gabinete da Reitoria. **Ciência Política e Odontologia da UnB destacam-se em ranking global**. UnB NOTÍCIAS. 26 jun. 2022. Disponível em:

<https://noticias.unb.br/76-institucional/5901-ciencia-politica-e-odontologia-da-unb-se-destacam-em-ranking-global>. Acesso em: 11 jan. 2024.

DAUD, R. P. **O sentido axiológico do discurso político governamental (2019-2022) para a educação brasileira**. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2022.

Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vieWTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11642754 . Acesso em: 03 jan. 2024.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DE NEGRI, F. **Mulheres na ciência no Brasil: ainda invisíveis?** IPEA - Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade. 05 mar. 2021. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/177-mulheres-na-ciencia-no-brasil-ainda-invisiveis>. Acesso em: 25 fev. 2024.

DENZIN, N; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa:**

teorias e abordagens. Tradução de Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DORNE, F. C. Z. **Relação entre o conceito de nova gestão pública do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) e as políticas de avaliação no Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vieWTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10243074. Acesso em: 23 fev. 2024.

DOURADO, L. F. N. **O espaço intra e interurbano de Januária no Norte de Minas Gerais**. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) -

Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros. 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vieWTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9356393. Acesso em: 23 fev. 2024.

EXAME. **Governo atual é o que mais cortou em recursos de Educação e**

Ciência. 09 dez. 2022. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/governo-atual-e-o-que-mais-cortou-em-recursos-de-educacao-e-ciencia/>> Acesso em: 15 jan. 2023.

FERREIRA, F. M. **Militarização do ensino e Escola sem Partido: uma análise dos discursos de vigilância, controle e disciplina**. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vieWTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10307467. Acesso em: 03 jan. 2024.

FERREIRA, V. B. **Dilemas federativos e construção de capacidades em nível local**: uma análise dos fatores associados ao Fundep da educação infantil. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9633595. Acesso em: 23 fev. 2024.

FERREIRA, V. S. **Da hierarquização dos valores na modernidade sólida à hierarquização dos valores na modernidade líquida de Z.Bauman**: as Escolas Cívico-Militares um caminho de retorno a era sólida? 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Teologia e Humanidades, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11099146. Acesso em: 03 jan. 2024.

G1. **Jair Bolsonaro**: as promessas do candidato do PSL à Presidência. 11 out. 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/11/jair-bolsonaro-as-promessas-do-candidato-do-psl-a-presidencia.ghtml>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

G1. **Ministério da Defesa anuncia saída dos comandantes das três Forças Armadas**. 30 mar. 2021. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/30/ministerio-da-defesa-anuncia-saida-dos-comandantes-das-tres-forcas-armadas.ghtml>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

GABRIEL, P. **Dissecando o currículo do ministro da Educação**. Jornal do Campus. São Paulo, 01 mai. 2019. Disponível em:

<<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2019/05/dissecando-o-curriculo-do-ministro-da-educacao/>>. Acesso em: 31 mai. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. Disponível em:

<https://ler.amazon.com.br/?asin=B00A3D1GL6&ref=dbs_t_r_kcr> Acesso em: 15 mai. 2022.

GOMES, M. L. **Geohistória e a especialização do exército brasileiro no estado de Roraima**: 1992-2018. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista. 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9776291. Acesso em: 23 fev. 2024.

GOMES, T. A M. M. **Educação superior na bolsa de valores**: trabalho docente e seus conflitos laborais. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10605799. Acesso em: 23 fev. 2024.

GONTIJO, T. A. A. **Representações surdas na desconstrução de práticas ouvintistas**: um estudo crítico e emancipatório. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Instituto de Linguagens, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10750967. Acesso em: 23 fev. 2024.

GROSSI, M. G. R; BORJA, S. D. B; LOPES, A. M; ANDALÉCIO, A. M. L. As mulheres praticando ciência no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Belo Horizonte, v.24, n.1, p.11-30. 2016.

JANNUZZI, P. M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.

JESUS, M. C. S. **O fenômeno das escolas cívico-militares brasileiras**: uma análise a partir da difusão de inovação. 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, Escola de Políticas Públicas e Governo, Brasília, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11159175. Acesso em: 03 jan. 2024.

JESUS, M. O. **Delegacia de atendimento a grupos vulneráveis**: atuação profissional e perfil sociográfico na luta contra a violência doméstica. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10370212. Acesso em: 23 fev. 2024.

JEUDY, J. **Secularização no pensamento de Charles Taylor**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9934044. Acesso em: 23 fev. 2024.

JIMÉNEZ, C. **Bolsonaro abre a era da extrema direita na presidência do Brasil**. El País. São Paulo, 28 out. 2018. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/28/politica/1540755111_272029.html. Acesso em: 31 mai. 2023.

JUNIOR, G. N. **A reforma do ensino médio (Lei N.º 13.415/2017) no contexto das**

contrarreformas da educação no Brasil. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9902699. Acesso em: 23 fev. 2024.

JUNIOR, J. L. V. **Expansão e qualidade dos cursos de direito da Bahia no Pós-LDB/1996:** uma análise sob a ótica dos exames do ENADE e da OAB. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11766229. Acesso em: 23 fev. 2024.

KWIATKOWSKI, G. O. **Economia municipal e financiamento de campanhas:** uma análise das eleições legislativas de 2008 e 2012 em nove municípios do estado do Rio Grande do Sul. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12234719. Acesso em: 23 fev. 2024.

LAUT. **Governo Federal censura questões do ENEM, incluindo texto de Friedrich Engels.** Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo. 2021. Disponível em: <https://agendadeemergencia.laut.org.br/2021/11/governo-federal-censura-questoes-do-enem/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

LEITE, D. R. T. **Entre coturnos e cartilhas:** um estudo sobre o programa de implantação das escolas cívico-militares no Brasil – PECIM. 2023. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba. 2023.

LEITE, V. **A práxis pedagógica do Manual das Escolas Cívico Militares:** alguns apontamentos para a educação básica. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11646662. Acesso em: 03 jan. 2024.

LENGRUBER, E. A. A. **Programa Nacional das Escolas Cívico- Militares (PECIM):** para onde deve conduzir a educação? 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11040044 . Acesso em: 03 jan. 2024.

LIMA, C. S. L. **Participação popular e democracia direta pós 1988:** todo o poder emana do povo, mas por ele será exercido? Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vieWTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11291241. Acesso em: 23 fev. 2024.

LOPES, J. A. P. **As Escolas Cívico-Militares do Estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vieWTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11924449. Acesso em: 03 jan. 2024.

LUTZ, C. "Militarization". In: CALLAN, H. (org). **International Encyclopedia of Anthropology**. London: Wiley-Blackwell, p.318-339. 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/2839719/Militarization>. Acesso em: 27 abr. 2024.

MACHADO, R. P; FREIXO, A. **Brasil em transe: Bolsonaroismo, Nova direita e Desdemocratização**. 1. ed. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

MACHADO, R. P; SCALCO, L. M. Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHUideias**, v.1, n.1, 2003.

MAIERON, A. J. **O Supremo Tribunal Federal durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88: o processo de delimitação de suas competências**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria. 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vieWTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9843303. Acesso em: 23 fev. 2024.

MANTUANO, G. D. S. **"No meu Colégio Militar"**: uma análise dos relatos de violência de gênero sofrida em escolas cívico-militares. 2022. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vieWTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13596716. Acesso em: 03 jan. 2024.

MARINHA DO BRASIL. **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM)**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/com1dn/pagina/programa-nacional-das-escolas-c%C3%ADvico-militares-pecim>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

MARQUES, G. S. **Os Saltimbancos Trapalhões; entre déspotas, bufões e mitos existiam batalhões escolares**: analisando as concepções de educação das escolas cívico-militares. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vieWTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11042466. Acesso em: 03 jan. 2024.

MARTINS, C. B. Passado e presente da sociologia norte-americana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.30, n.87, p.163-169. 2015.

MARTINS, J. P. B. N. **A Nova Televisão: estratégias, desafios e tendências da distribuição digital não linear no mercado brasileiro**. 2020. Dissertação (Mestrado em Economia Criativa, Estratégia e Inovação) - Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10688920. Acesso em: 23 fev. 2024.

MAZUI, G. **Bolsonaro chama Paulo Freire de “energúmeno” e diz que TV Escola ‘deseduca’**. G1. 16 dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/16/bolsonaro-chama-paulo-freire-de-energumeno-e-diz-que-tv-escola-deseduca.ghtml>. Acesso em: 01 mar. 2024.

MAZUI, G; RODRIGUES, P. **Em discurso, Bolsonaro defende ditadores militares e deputado dos atos antidemocráticos**. G1. 31 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/31/em-discurso-no-planalto-bolsonaro-defende-ditadores-militares-e-deputado-reu-por-atos-antidemocraticos.ghtml>. Acesso em: 01 mar. 2024.

MEIRA, A. C. **Dos Direitos Humanos à gestão socioambiental brasileira: uma análise de conjuntura da agenda 2030 a partir das Conferências Internacionais RIO-92 e RIO+20**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10178668. Acesso em: 23 fev. 2024.

MIRANDA, E. M. C. **Currículo das escolas militarizadas no Distrito Federal**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11269280. Acesso em: 03 jan. 2024.

MORAES, I. **Decretos presidenciais: como funciona esse mecanismo?**. Politize. 14 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/decretos-presidenciais/>> Acesso em: 07 nov. 2022.

NATIVIDADE, D. S. **Rede de governança colaborativa: análises e desafios para a construção de um sistema de redes em políticas públicas multicêntricas em cidades da Bahia**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito, Governança e Políticas Públicas) - Universidade de Salvador, Salvador, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9751151. Acesso em: 23 fev. 2024.

NEIRA, M. G; NUNES, M. L. **Educação Física, Currículo e Cultura**. 1.ed. São Paulo: Phorte, 2009.

NETO, O. C. M. **"A semana inteira na lavoura, aos domingos ao cinema pela noite"**: cotidiano e cultura - (Cachoeirinha-PR, 1930-1945). 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9318132. Acesso em: 23 fev. 2024.

NOVAIS, T. M. **Tradição e teologia pública neocalvinista**: descrições e análises comparativas no contexto da contemporaneidade. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11201188. Acesso em: 23 fev. 2024.

O GLOBO. **Ao menos 13 estados e o DF vão continuar com escolas cívico-militares extintas pelo MEC; veja quais**. 14 jul. 2023. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/07/14/ao-menos-13-estados-vao-continuar-com-escolas-civico-militares-extintas-pelo-mec-dois-querem-ampliar-modelo.ghtml>> Acesso em: 15 dez. 2023.

OLIVEIRA, A. Análise de Conjuntura: Conceitos e Aplicações. **Em Debate**. Belo Horizonte, v.6, n.1, p.24-35. 2014.

PACHECO, A. V. **Como e por que as mulheres transformam a ciência?** Espaço do Conhecimento UFMG. 5 jul. 2022. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/como-e-por-que-as-mulheres-transformam-a-ciencia/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

PADILHA, S. S. **Perfil socioeconômico e acadêmico de concluintes de licenciatura em educação física do Brasil e da FURB/SC**: um estudo a partir do ENADE 2011, 2014 E 2017. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2022. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11548412. Acesso em: 23 fev. 2024.

PAMPU, V. A. B. **A concepção de educação defendida pela CNTE no processo de elaboração e aprovação do PNE 2014/2024**: um fio condutor dos consensos entre governo, sociedade civil e organismos multilaterais. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12969858. Acesso em: 23 fev. 2024.

PARANÁ. Secretaria da Educação. **Colégios Cívico-Militares**. 2024. Disponível em:

<https://www.educacao.pr.gov.br/colégios_cívico_militares> Acesso em: 18 mai. 2024.

PEREIRA, I. B. **A política e as dinâmicas socioespaciais em tempos de Fake News**: cenários, tramas e movimentos em análises de conjuntura. 2021. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12585976. Acesso em: 23 fev. 2024.

PICETSKEI, C. C. **Exército e o PAAR**: processos de militarização no esporte nacional. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9846979. Acesso em: 23 fev. 2024.

PIMENTEL, C. **Veja as propostas de governo do presidente eleito Jair Bolsonaro**. Agência Brasil. 28 out. 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/veja-propostas-de-governo-de-jair-bolsonaro>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

PRADO FILHO, A. R. **Dicionário on-line para reflexões acerca da educação básica em estrutura cívico-militar**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação e Novas Tecnologias) - Centro Universitário Internacional, Curitiba, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13183190. Acesso em: 03 jan. 2024.

RAMALHO, R; OLIVEIRA, M. **TSE decide por 6 votos a 1 rejeitar a candidatura de Lula a presidente**. G1. 31 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/31/maioria-dos-ministros-do-tse-vota-pela-rejeicao-da-candidatura-de-lula.ghtml>. Acesso em: 23 jan. 2024.

RAMIRES, A. R. **Por que as universidades públicas produzem mais?** OPOVO+. 09 mar. 2018. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/03/por-que-as-universidades-publicas-produzem-mais.html>. Acesso em: 25 fev. 2024.

REAL, I. A. **Uma nova união “instável”? A nova lei de abuso de autoridade como possível incidente da disputa política entre o legislativo e o judiciário**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11291559. Acesso em: 23 fev. 2024.

REBELATTO, L. M. **Resistências e silenciamentos docentes**: “Quem não marchar

direito vai preso no quartel”. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13808215. Acesso em: 03 jan. 2024.

REDE BRASIL ATUAL. **Bolsonaro coloca executivo do mercado financeiro como ministro da Educação**. 08 abr. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/bolsonaro-coloca-executivo-do-mercado-financeiro-como-ministro-da-educacao/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

REDE BRASIL ATUAL. **Mais de 6 mil militares atuam em cargos civis no governo Jair Bolsonaro**. 18 mai. 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/militares-governo-bolsonaro-6-mil-cargos-civis/> Acesso em: 15 jan. 2022.

REIS, C. R. **A Reforma Sanitária Brasileira durante os governos Dilma: uma análise da conjuntura**. 2020. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal da Bahia, 2020a. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9368478. Acesso em: 23 fev. 2024.

REIS, R. S. **A (re)produção do espaço urbano na porção sul de Paraíso do Tocantins-TO**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2020b. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9103976. Acesso em: 23 fev. 2024.

RIBEIRO, L. M. N. **Diretrizes do CEE/SC e UNDIME/SC para a formação inicial de professores de educação infantil e anos iniciais em Santa Catarina no pós-LDB/1996: um olhar para as políticas**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11515677. Acesso em: 23 fev. 2024.

ROCHA, C. “Imposto é roubo!” A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. **Dados**, v. 62, n.3,p.1-42, 2019.

RODRIGUES, A. R. **Segurança alimentar e nutricional nos municípios do Litoral do Paraná: análise dos planos de governo e plurianuais de 2012 a 2020**. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) - Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10453280. Acesso em: 23 fev. 2024.

RODRIGUES, G. V. N. **“Buraco de Minhoca”**: em torno da militarização de escolas

públicas. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11466347. Acesso em: 03 jan. 2024.

SANTIAGO, C; MORAES, R. C. **Como Fazer Análise de Conjuntura**. 1ªed., 1ªreimp. Brasília/DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014.

SANTOS, M. T. **"Isso é presídio, moço!"**: o que pensam os(as) estudantes sobre as escolas militarizadas do DF. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. 2023. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12918519. Acesso em: 03 jan. 2024.

SARAGON, M. S. **Análise de conjuntura como ferramenta prática para avaliar políticas públicas**: o caso do Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista (CONDERG). 2020. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do ABC, São Bernardo dos Campos, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9405161. Acesso em: 23 fev. 2024.

SATIE, A; BIMBATI, A. P. **Governo Lula encerra programa de escolas cívico-militares de Bolsonaro**. UOL. 12 jul. 2023. Disponível em:

[https://educacao.uol.com.br/noticias/2023/07/12/governo-lula-encerra-programa-de-escolas-civico-militares-de-bolsonaro.htm#:~:text=O%20governo%20Lula%20\(PT\)%20vai,ser%C3%A3o%20reintegradas%20ao%20formato%20regular](https://educacao.uol.com.br/noticias/2023/07/12/governo-lula-encerra-programa-de-escolas-civico-militares-de-bolsonaro.htm#:~:text=O%20governo%20Lula%20(PT)%20vai,ser%C3%A3o%20reintegradas%20ao%20formato%20regular). Acesso em: 01 mar. 2024.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2.ed.São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, F. A. Ministério da Defesa. **Nota Oficial**. Brasília, 29 mar. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/nota-oficial-do-ministro-de-estado-da-defesa>. Acesso em: 12 jun 2023.

SILVA, F. L. S. **O Ensino de História e as relações étnico-raciais numa escola cívico-militar de Araguaína-TO**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2021a. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11271819. Acesso em: 03 jan. 2024.

SILVA, J. R. **Pedagogia do Quartel**: uma análise do processo de militarização de escolas públicas no estado do Paraná. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) -

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13685784. Acesso em: 03 jan. 2024.

SILVA, L. A. V. **Mensuração de desempenho em programas de pós-graduação profissionais:** proposição de um framework a partir das novas perspectivas de autoavaliação da CAPES. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11291940. Acesso em: 23 fev. 2024.

SILVA, T. E. M. **Restauração conservadora da educação:** um estudo sobre o projeto das escolas cívico-militares no Brasil. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Centro de Educação, Letras e Saúde, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2021b. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11323860. Acesso em: 03 jan. 2024.

SOCAL, D. M. **Um estudo sobre felicidade e trabalho docente no município de Agudo/RS.** 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11291484. Acesso em: 23 fev. 2024.

SOUSA, J. M. **Avaliação em Escola Cívico-Militar do Distrito Federal:** há lugar para concepções e práticas formativas? 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12957520. Acesso em: 03 jan. 2024.

SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura.** 16.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUZA, H. R. L. R. **Na despedida, o encontro:** percursos de mediação cultural e formação estética num contexto de *unschooling*. 2019 Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Artes e Letras, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9745744. Acesso em: 23 fev. 2024.

TONIOL, L. C. **Escola Sem Partido:** ideologia e discurso. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/16672/Escola%20sem%20Partid>

[o%20%20Ideologia%20e%20Discurso%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y.](#)

Acesso em: 01 mar. 2024.

UOL. **Análise:** Bolsonaro é visto como extrema-direita pela imprensa internacional. São Paulo, 28 out. 2018a. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/28/analise-bolsonaro-e-visto-como-extrema-direita-pela-imprensa-internacional.htm>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UOL. **Bolsonaro quer um colégio militar em cada capital até 2020.** 20 set. 2018b

Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/eder-content/2018/09/20/eleicoes-bolsonaro-promessa-educacao-colegio-militar-cada-capital-2020.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em: 10 out. 2022.

UOL. **‘Censura do Inep ao Enem é mordaca de Bolsonaro’, afirma senador.**

Maceió, 22 fev. 2022a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/02/22/censura-do-inep-ao-enem-e-mordaca-de-bolsonaro-afirma-senador.htm>. Acesso em: 19 fev. 2024.

UOL. **Relatório aponta 110 violações à liberdade de expressão desde início do governo Bolsonaro. Autoritarismo.** 20 out. 2022b. Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/relatorio-aponta-110-violacoes-a-liberdade-de-expressao-desde-inicio-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

UOL. **Veja como cada estado votou para presidente em 2018 e 2022.** 2022c.

Disponível em: <<https://www.band.uol.com.br/eleicoes/noticias/apuracao/veja-como-cada-estado-votou-para-presidente-em-2018-e-2022-16550682>> Acesso em: 20 jan. 2023.

VALERY, G. **Estudo compila ataques de Bolsonaro a universidades e liberdade acadêmica.** RBA - Rede Brasil Atual. 23 ago. 2021. Disponível em:

<https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/cientistas-estudo-ataques-bolsonaro-liberdade-universidades/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

VAZ, A. N. **Os fundamentos e os limites do projeto das escolas cívico-militares.**

2023. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13851727. Acesso em: 03 jan. 2024.

VEIGA, C. H. A. **Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do Estado.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2020. Disponível em:

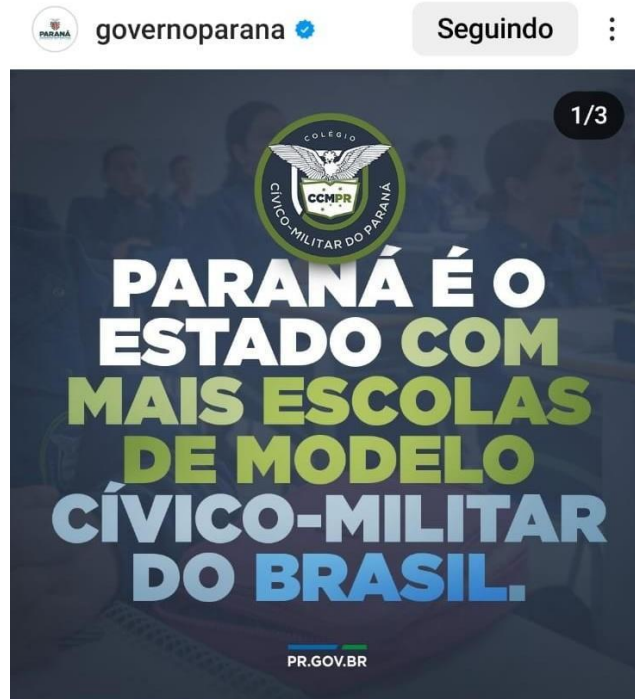
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9522733. Acesso em: 03 jan. 2024.

WACHHOLZ, R. O. **A religião em questão**: um estudo comparativo sobre a relação entre religião e estado em Brasil e Irã. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11291688. Acesso em: 23 fev. 2024.

WESTPHAL, L. V. **O perfil socioeconômico e acadêmico dos concluintes das licenciaturas do Brasil e da FURB/SC**: um estudo a partir de dados do Enade 2011, 2014 e 2017. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências de Educação, Artes e Letras, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau. 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11071263. Acesso em: 23 fev. 2024.

WIKIPÉDIA, A enciclopédia livre. **Jair Bolsonaro**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jair_Bolsonaro>. Acesso em: 12 dez 2022.

ANEXO A - POSTAGENS NAS REDES SOCIAIS DO ESTADO DO PARANÁ SOBRE AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES



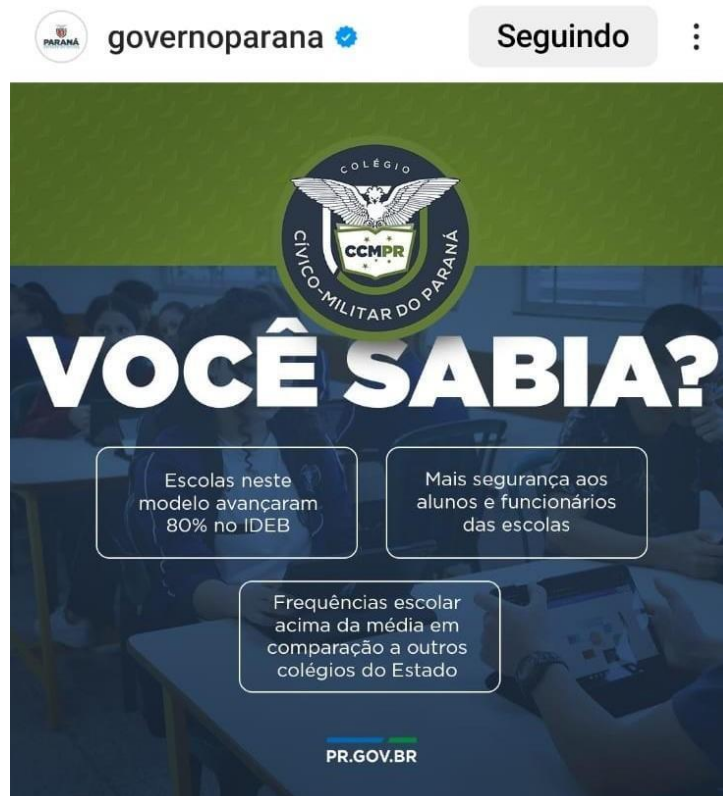
Postagem disponível na rede social: Instagram. Postado em 28 de nov. 2023.



Postagem disponível na rede social: Instagram. Postado em 28 de nov. 2023.



Postagem disponível na rede social: Instagram. Postado em 28 de nov. 2023.



Postagem disponível na rede social: Instagram. Postado em 29 de nov. 2023.



Postagem disponível na rede social: Instagram. Postado em 26 de nov. 2023.



Postagem disponível na rede social: Instagram. Postado em 26 de nov. 2023.



Postagem disponível na rede social: Instagram. Postado em 25 de nov. 2023.



Postagem disponível na rede social: Instagram. Postado em 25 de nov. 2023.



Postagem disponível na rede social: Instagram. Postado em 25 de nov. 2023. Termo em inglês referente a “notícias falsas”, boatos e desinformações.